

**1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 87.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 18 de Junho de 1971**  
**(Sexta-Feira)**

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

As 10,00 horas, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes, os srs. deputados Antônio Maciel, David Federmann, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli e João Fadel (5).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
**E X P E D I E N T E:**

**REQUERIMENTOS:**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, que determine a expedição de ofício ao excelentíssimo senhor Walfrido Bucheld Strobel, titular da Pasta dos Transportes, solicitando suas providências, no sentido de que seja construída uma balsa sobre o Rio Ivai, ligando os municípios de Guarapuava e Cândido de Abreu.

A construção do referido meio de transporte irá beneficiar grandemente uma região de extraordinária produção de cereais, motivando, consequentemente, a sua comercialização e canalizando para os cofres públicos substancial reforço de receita, que cobrirão, a curto prazo, o investimento aplicado pela Secretaria dos Transportes.

Trata-se de uma reivindicação antiga das classes produtoras da região, que vêm encontrando sérias dificuldades para o escoamento de suas produções.

Sala das Sessões em 17 de maio de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos regimentais, tendo em vista os altos interesses paranaenses no setor pecuário, requerem o encaminhamento ao exmo. sr. Presidente da República, de expediente que testemunhe o integral apoio deste Poder Legislativo, em nome do povo do Paraná, à justa reivindicação da pecuária nacional, formulada por intermédio da Associação dos Criadores de Nêlore do Brasil, sediada em São Paulo, cujos termos constam de memorial de 30 de abril p.p..

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1971.

(a) Quíelse Crisóstomo

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

REQUER sejam encaminhados expediente ao professor Haroldo Souto Carvalho, digníssimo Secretário de Educação e Cultura, e ao dr. Cássio Macedo, digníssimo Secretário de Viação e Obras Públicas, no sentido de que seja dada absoluta prioridade à construção do prédio próprio do Colégio Estadual e Ginásio Moreira Couto, no populoso bairro do Portão.

O Colégio Comercial e Ginásio Moreira Couto, possuía já área destinada à construção do novo prédio próprio onde deverá funcionar. Presentemente a instituição funciona provisoriamente, no prédio do Grupo Escolar Francisco Azevedo Macedo, que já não mais comporta a elevada solicitação de vagas, pois a área seletiva de alunos é grande, não sendo beneficiado só o bairro do Portão, mas todas as vilas adjacentes que se elevam há mais de uma dezena.

Esta prioridade significará o aumento de vagas disponíveis e o consequente atendimento daquela população estudantil.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1971.

(a) Igo Losso

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, da cópia das informações prestadas ao Tribunal de Justiça pela Consultoria Jurídica da Assembléia Legislativa e adotadas pela Mesa Executiva, no Mandado de Segurança impetrado por Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, contra a promulgação da Emenda Constitucional n. 3, bem como do despacho do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que cassou a liminar concedida no referido Mandado, e do Parecer do Procurador Geral da República.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1971.

(a) Ivo Thomazoni

#### PROJETO DE LEI:

##### Projeto de Lei n. 107-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de

Engenheiro Beltrão, o lote de terras sob n. 45-E, com 4,70 hectares, Seção Área Grande da Gleba Rio Mourão, situado na zona rural do referido município.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1971.

(a) Armando Queiroz

**JUSTIFICATIVA:**

O lote de terras em questão está situado na zona rural do município de Engenheiro Beltrão, ao lado de pequeno aglomerado urbano, denominado "Distrito de Sussui". Região de terra roxa, apresentando extrema dificuldade para se obter água potável através de poços, face à Consistência rochosa do subsolo.

Em virtude desse problema, a Prefeitura providenciou, construiu e pôs em funcionamento serviços de água encanada.

Os mananciais constantes de minas estão localizados exatamente na área cuja doação se pretende alcançar com a medida ora proposta. Tem o alcance de garantir suprimento constante ao abrigo de qualquer outra destinação que, porventura, se queira dar à área referida. Dando ainda condições de se melhorar os serviços, com benfeitorias outras que pretendam implantar.

Sendo esta uma aspiração do Município de Engenheiro Beltrão, solicito o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa, para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença nesta casa da senhorita Marise Meyer Costa, Miss Paraná 1971.

Solicito aos srs. deputados João Mansur, Lázaro Dumont, Rosário Pittelli, Gabriel Manoel, Marciano Baraniuk e Álvaro Dias, para introduzirem Miss Paraná a este Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Esta presidência designa o nobre deputado Antônio Lopes Júnior para saudar a visitante que representa a beleza da mulher paranaense.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados, Exma. senhorita Marise Meyer Costa.

Hoje, é um dia de grande satisfação para a Assembléia Legislativa, em receber a sua visita, e explico porque: é realmente de satisfação este instante, ao saudar uma representante da beleza da mulher paranaense porque sentimos algo de extraordinário; você, que é filha de uma ilustre família, do sr. João Alfredo Costa e da sra. Venina Meyer Costa; tem um significado ainda especial para nós, por ser prima do Vice-Presidente desta Casa, o nobre deputado Antônio Ferreira da Costa. Veio do interior, como a maioria dos srs. Deputados que aqui vieram; da pequenina cidade de Ibaiti, e que, segundo as suas próprias declarações ontem, feitas no canal de televisão, representa com galhardia e teve a satisfação de representar inicialmente Ibaiti, para agora representar o Estado do Paraná. Estará cursando o terceiro ano da Escola Normal, o que significa que, num futuro próximo, você vai ser mais uma das grandiosas semeadoras do alfabeto do nosso Estado. Você vai elevar o Estado do Paraná. Na realidade, srs. Deputados, não é apenas no sentido econômico, no sentido moral e no sentido político; mas deve elevar o Paraná em todos sentidos. Nós não somos iguais, mas temos cada um uma finalidade, um valor, separados talvez pouco valemos, mas unidos valemos muito, por aquilo que fazemos pela nossa terra. Você já está fazendo muito por Ibaiti; começa a fazer agora muito pelo Paraná. Quem sabe, Deus queira, venha a fazer muito pelo Brasil. Nós somos o Po-

der Público, representamos o Poder Público, e você representa a beleza da mulher paranaense. Estamos juntos, portanto, representando o Paraná neste instante, na cooperação da mulher, na representação que deve estar sempre presente. Nós vimos isto em todos os tempos na Divina Comédia.

Dante é conduzido por outro homem, mas ao chegar ao paraíso, Virgílio transfere sua condução a uma mulher, a Matilde. E Matilde é quem consegue levá-lo à Beatriz.

Portanto, não haveria Dante sem Beatriz, como não haveria Pietrarca sem Laura, como não haveria Miguel Ângelo sem Vitória Colona, como não haveria Camões sem Pérsia, como não haveria Machado de Assis sem a sua bem amada Carolina.

Na história da Pátria, nós vemos que, em todos os instantes, os mais épicos, os mais gloriosos, esteve presente também a mulher, Joana Angélica, nas lutas da Independência. Ana Quitéria, e Ana Nery, nas Guerras do Paraguai. Bárbara Heliadora, demonstrando sempre coragem extraordinária. Marília de Dirceu, a romântica evocadora de páginas extraordinárias. Anita Garibaldi, heroína de dois mundos.

Você, Marise, vem trazer a esta Casa, que é uma Casa de lutas, uma Casa de guerras, muitas vezes, você vem trazer uma pausa. Uma pausa consoladora, que muito nos alegra e nos enche de satisfação. Você é a autêntica representante da mulher paranaense, como será autêntica representante da mulher brasileira. O Sol dos seus olhos vem aquecer umidade triste desta manhã chuvosa; a sua presença, a sua beleza irradiante, vem trazer o encantamento que todos nós precisamos, para nos encorajarmos para novas lutas.

Seja feliz, Marise, represente bem o Paraná. São os votos da Assembléia Legislativa, e os votos do povo paranaense.

Nós ficaremos aqui torcendo pela sua vitória, que não será apenas a vitória de uma mulher, será apenas a vitória da beleza paranaense, mas será a vitória de todo o Paraná. (Palmas). — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa da Assembléia Legislativa solidariza-se com as palavras do ilustre deputado Antônio Lopes Júnior, e endereça à senhorita Marise Meyer Costa, votos de amplo sucesso, como digna representante do Paraná no Conclave Nacional da Beleza.

A Presidência convida os srs. Deputados, que desejarem cumprimentar a ilustre visitante, para comparecerem ao Salão junto ao Plenário.

Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Declaro reaberta a sessão ordinária, e concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Aqui estamos, nesta oportunidade, para trazer a nossa palavra efusiva de saudação a este grupo de jovens, integrantes da 4a. série do Colégio Erasmo Gaertner, mantido em Curitiba pela Comunidade Menonita. Os alunos aqui se encontram, acompanhados do professor Hermano Arcega, da Cadeira de Moral e Cívica, e do Inspetor João Dück.

Para a Assembléia Legislativa do Estado, é motivo de satisfação, sempre que para aqui acorrem os alunos que, fazendo seu devido preparo hoje, estarão dirigindo os destinos de nosso Paraná e de nosso Brasil no dia de amanhã. Aqui eles se encontram para sentirem de perto os trabalhos do Poder Legislativo, integrante dos três Poderes que regem o Estado do Paraná, e também para interrogarem os srs. Deputados, recebendo de seus professores a orientação necessária para que esta visita seja consubstanciada numa aula, numa matéria de estudo.

Portanto, sendo este um Colégio de orientação evangélica, que visa não só dar a instrução material ao aluno, mas também integralizá-lo dentro da

orientação espiritual, nos sentimos orgulhosos em saudar estes mestres e estes jovens, fazendo votos de que esta estadia hoje, na Assembléia Legislativa, represente um marco em suas vidas, e possam conhecer um pouco daquilo que se faz nesta Casa do povo e que, aprendendo as lições que, dia a dia, vêm sendo ministradas pelos mestres e pelos próprios fatos práticos, como é o caso desta sessão de 18-6-71; possam adquirir o devido preparo e, quiza, dentro de pouco, aqui estarão alguns desses jovens, aqueles que acharão por bem participar da vida pública.

Portanto, fica aqui a nossa saudação e nossos votos de que aprendam com esta aula tudo o que aqui se passa, e possam sair daqui sabendo que o Poder Legislativo é vigoroso e ativo, e todos os Deputados nada mais são do que mandatários da própria população. E tudo o que fazemos, e tudo o que falamos, é em nome do povo, é investidos na condição de representantes do povo paranaense.

Portanto, nossos cumprimentos e nossa saudação aos professores Hermano Arcega e João Dück, e a todos os alunos presentes. (Palmas) — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres srs. Deputados.

Tenho grande respeito, e até mesmo admiração, pelo delegado de Polícia Ladislau Bukoski; mas, desta vez, tenho que discordar de S. Exa., porquanto determinou a prisão do motorista Pedro Marques Filho, motorista de táxi, porque este participou de um movimento, movimento que eu considero justo, embora não seja partidário da "pena de Talião", mas considero justo o movimento de determinados motoristas de táxi que invadiram um hotel para justicarem, com as próprias mãos, o assassino de seu colega que ali estava homiziado. Porque até agora, as autoridades encarregadas da segurança nada fizeram em favor daqueles que atravessam madrugadas adentro, nos seus postos, nos seus volantes, servindo a população curitibana. E quantos motoristas de táxi foram vítimas de assaltos traícoiros e covardes, pagando com a própria vida a dedicação e o trabalho que prestam em favor da população.

Na realidade, srs. Deputados, este é um problema difícil e de difícil solução se encontrar uma forma de proteger a vida do motorista de táxi, dos motoristas profissionais, que estão sempre sujeitos à sanha dos assaltantes e, quase sempre, acabam pagando com a vida. E quando esses motoristas, revoltados, procuram fazer justiça com as próprias mãos, vem um Delegado de Polícia e prende, mas prende um só. Porque diversos motoristas invadiram aquele hotel, e o delegado Bukoski prendeu só um, sob a alegação de que o motorista era pessoa de mau caráter, que já havia cumprido pena por estupro.

Ora, srs. Deputados, o motorista cumpriu pena, pagou sua dívida para com a sociedade. Portanto, não é justo que o Delegado o prenda pelo mesmo motivo.

Aqui fica o meu protesto contra a ação do Delegado Ladislau Bukoski, que procura suprir a ineficiência de sua especializada com prisões arbitrárias, como esta que fez ao motorista de táxi.

E, hoje mesmo, o Sindicato de classe está impetrando "habeas corpus", porque as acusações não correspondem com a verdade. O motorista cometeu um erro, foi condenado uma vez, cumpriu sua pena, e não pode ser preso novamente pelo mesmo motivo, e a invasão da hospedaria ou do hotel onde estaria homiziado o assassino do motorista, foi praticado por mais de 50 motoristas. Não é justo que a culpa caia somente sobre um motorista.

Portanto, fica aqui nosso protesto, de um representante dos motoristas,

porque, em toda minha vida pública, sempre tive o apoio dos profissionais do volante, e não é nesta hora que vou deixar de prestar a minha solidariedade a um motorista profissional, que sofre na carne uma injustiça, porque a prisão de Pedro Marques Filho é um ato arbitrário, que precisa ser corrigido pela Justiça. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não era nossa intenção usar da tribuna na manhã de hoje e, principalmente, também não era nosso desejo abordarmos o assunto que vamos abordar neste instante, porque sabemos que o eminente e nobre deputado Erondy Silvério é, realmente, um líder autêntico da classe dos motoristas. É um homem que, nesta área, com seu sacrifício, com seu valor, com seu trabalho, chegou hoje a ser um dos grandes diretores de empresa em nossa Capital.

Então, eu me parabeno com o eminente deputado Erondy Silvério que, oriundo de uma classe humilde, porque não dizer, chegou à posição que ocupa. Estamos aqui, não com o intuito de agradar a essa classe, cuja liderança, naturalmente, está sob o comando do nobre deputado Erondy Silvério. A nossa presença nesta Tribuna é exatamente para nos solidarizarmos com o pronunciamento do eminente deputado Erondy Silvério. E eu chamaria a atenção dos srs. Deputados para esse particular, porque o eminente Deputado tem tido aqui uma atuação de muita independência, o que dá a impressão de que S. Exa. está quase desvinculado do grupo ligado ao Governo ou à bancada do Governo. Então, essa minha tomada de posição, ao lado do sr. deputado Erondy Silvério, quero deixar indelévelmente marcada.

Chamarei a atenção não só desse Delegado, mas principalmente de S. Exa., o sr. Secretário de Segurança, que é muito cioso de suas funções; um homem que, segundo dizem, — eu não tive ainda o prazer de chegar àquela Secretaria — gosta de cumprir com energia o que lhe é afeto.

Então, aí está um apelo ao sr. Secretário de Segurança, um apelo e uma oportunidade para que S. Exa., mostrando realmente sua capacidade, atenda esse problema desses homens que servem às famílias paranaenses madrugada adentro, muitas vezes salvando a vida de um pai de família, de uma criança, levando a uma farmácia, levando a um médico ou a um hospital. E esse mesmo homem, que salvou tantas vidas, é assassinado covardemente, como bem disse o deputado Erondy Silvério.

Então, no instante em que me solidarizo com as críticas que fez a esse Delegado, faço aqui — e acredito que seremos atendidos — um apelo ao sr. Secretário de Segurança, que faça reuniões com os líderes nessa área, com os motoristas, com o Sindicato, ou com o próprio deputado Erondy Silvério, para que estude a matéria, para que monte um dispositivo, para que essa gente passe a ter, de fato e de direito, a proteção que merece.

Parabéns, deputado Erondy Silvério, porque a crítica hoje é construtiva, e vem de encontro a uma classe à qual muito devemos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Nivaldo Krüger, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ao iniciar a minha oração desta tribuna não posso deixar de dirigir palavras de saudação aos Diretores do Colégio Erasto Gaertner, ao professor de Educação Moral e Cívica que conduz a turma de estudantes que aqui se encontra para acompanhar os trabalhos legislativos, especialmente aos jovens

de minha Pátria que aqui vieram prestigiar, porque prestigiados nos sentimentos com a presença da juventude daquele Colégio que estão participando da sessão deste Legislativo.

Sr. Presidente, srs. Deputados, alguns acontecimentos na vida dos homens, alguns acontecimentos na vida da sociedade, alguns entreschoques e alguns conflitos decorrem, muitas vezes, da ausência de diálogo, decorrem, geralmente, da ausência de franqueza.

Preocupados com isto com a integração do homem na sociedade, as autoridades eclesiásticas editaram uma Inciclica em que colocaram, como ponto fundamental, a relação entre os homens, entre a comunidade, a relação construtiva entre todos os setores da vida da comunidade. Assim a "Populorum e Progressio" dizia: "A política deve ser o elo. O fator de coordenação, de equilíbrio entre o Estado, a economia e o social e o bem estar do homem".

O importante documento ainda prossegue com o intuito de dar ordenação e trazer um clima de tranquilidade e paz à existência humana.

"É indispensável manter-se entre todos um diálogo franco e leal".

E é isto que tenho que fazer hoje da tribuna, sr. Presidente, abrir um diálogo franco, abrir ou reabrir melhor dizendo, um diálogo que foi interrompido, srs. Deputados, talvez sem conhecimento de causa, um diálogo que foi interrompido pelos representantes do Governo nesta Casa, um diálogo que foi interrompido e que tinha o objetivo de ajudar o Governo. Parece-me paradoxal a atitude dos homens do Governo, interromper o trâmite de uma matéria que auxiliaria profundamente o Governo. Teria sido por vaidade pessoal? Não creio, creio e prefiro crer, que tenha sido por falta de esclarecimentos que não pude prestar, por não estar presente naquela sessão, e hoje pretendo reconduzir a coisa à normalidade. Tem o aparte o nobre deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nobre Deputado, estamos muito à vontade para dizer a V. Exa. que não acredito ter sido vaidade pessoal, a rejeição da indicação de V. Exa., ao Governo do Estado. Não acredito porque conheço o alto espírito público do deputado João Mansur, nobre líder do Governo nesta Casa. Mas me sinto à vontade para dizer isso, porque votei favoravelmente à indicação de V. Exa.. Nunca, nesta Casa, desde que aqui exerci o meu mandato, vi rejeitada uma sugestão ao Governo. E o requerimento de V. Exa., continua nada mais e nada menos do que uma sugestão ao Governo neste sentido, modificando o traçado de uma rodovia. Quer dizer, o Governo aceitasse ou não a sugestão apresentada por V. Exa. trouxe grandiosos subsídios para que o Governo orientando-se por ela, pudesse dar uma nova dimensão ao problema rodoviário naquela próspera região. Porisso, estranhei a atitude daquele ilustre parlamentar, Líder do Governo, determinando a sua bancada a rejeição de uma simples sugestão, partida da bancada de V. Exa., subscrita pessoalmente por V. Exa.. Não quero entrar no mérito da necessidade ou não, eu quero deixar bem claro, frisar bem esta particularidade, não quero entrar no mérito da viabilidade, da necessidade ou não, de uma modificação no traçado da Rodovia a que se propôs o Governo executar. Mas quero, isto sim, entrar no mérito da rejeição de uma sugestão ao Governo, porque se isto assim continuar, é melhor que o Deputado vá embora e venha aqui somente para buscar o seu dinheiro no fim do mês. Porque se o Deputado não tem condições de fazer uma sugestão ao Governo, é melhor que tenha apanhar os seus subsídios e ficar em casa dormindo. Era o aparte.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. o aparte. V. Exa. foi muito oportuno, porque fez com que nós nos uníssemos a prosseguir nesta luta que tenho em vista e que é em prol do engrandecimento do Paraná. Srs. Deputados, quem se encontra aqui, hoje, nesta tribuna, não é o Líder da bancada, não é um homem de facção, que se encontra aqui hoje e que

vos fala, não é a voz dos interesses partidários; é o Deputado; é o representante do povo; é aquele que foi mandado de lá, para vir dizer aqui. E se aqui não tem condições de dizer, porque dizer, não é só vir à tribuna, não. Dizer é mandar, é fazer com que chegue aquilo que se deseja, às mãos de quem tem poder de alterar ou de instruir. Dizer não é só apartear, falar, discursar; dizer é encaminhar sugestões, enviar requerimentos, fazer apêlos, em nome daqueles que representamos.

Assim, srs. Deputados, nós nos encontramos nesta condição, como qualquer um dos srs. Deputados, livres, de qualquer vínculo político-partidário, neste instante desobrigados, mas, falando à viva voz do povo que sente que sofre no interior do nosso Estado.

Quero contar aos srs. Deputados — talvez isso não interesse mas faço questão de deixar registrado.

Represento uma região de aproximadamente 400 mil habitantes. Nesta região concorreram 5 candidatos do partido do Governo, 5 candidatos. O mais votado na região, obteve 3.500 votos, apenas. 3.500 votos, com o apoio de prefeitos, de 5 prefeitos da região. Com apoio integral do Governo do Estado, com apoio integral do Governo Federal, com toda a máquina administrativa em favor desses candidatos. E, entretanto, o povo daquela região,

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agora quero discordar de V. Exa., porque o Governo do Estado não colocou a máquina administrativa a favor de nenhum candidato nas últimas eleições. V. Exa. está laborando num erro gravíssimo e numa injustiça ao ex-governador Paulo Pimentel. Porque S. Excia. até foi acusado pelo atual governador do Estado, de ter se emitido, inclusive com relação aos dois candidatos da Arena que postulavam o Senado da República. Portanto, V. Exa. está cometendo uma injustiça contra o Governo anterior que apenas administrou o Estado dentro dos planos administrativos que são as metas de governo, sem colocar uma moto-niveladora a favor de nenhum candidato; nem da ARENA e nem do MDB. V. Exa. sabe, eu exercia a liderança do Governo e não tive auxílio do Governo do Estado, nem o seu voto pessoal. Tive que conquistar meus votos duramente, lutando sozinho, porque o governador Paulo Pimentel, não ajudou ninguém.

SR. NIVALDO KRUGER — Deputado Erondy Silvério, V. Exa. me dá um aparte; eu gosto de receber apartes de V. Exa., porque V. Exa. como eu, é um homem franco e aberto e que joga claro. Muito bem, nessas condições, eu replico. Replico a V. Exa., lembrando-o de uma coisa: na região de que provenho, desta região provém também o Presidente da Arena do Estado do Paraná, hoje senador Matos Leão. E o que eu afirmo a esta Casa, neste instante, é a verdade pura; a máquina do Governo nesta região, funcionou violentamente, manipulada pelos prefeitos da minha cidade e pelos prefeitos regionais dos municípios da região.

Muito bem, srs. Deputados, faço este esclarecimento para que os srs. tenham idéia do que pensam o meu povo e por que pensa desta forma. Esta região, com 400 mil habitantes, aproximadamente, negou seu apoio a área governista, devido a uma política negativa que se faz nesta região. Evidentemente. Porque, nós não dispomos, srs. Deputados, dos meios para chegarmos ao eleitorado e, entretanto, o eleitorado desta região, deu-nos 60% dos seus votos.

Então, srs. Deputados, quando faço o roteiro desta área e que digo que venho aqui falar em nome do povo, é porque venho realmente falar em nome do povo. Quando digo que venho aqui falar em nome de uma região é porque aquela região me outorgou, através do voto secreto e livre nas urnas, esta procuração. E se eu me encontrasse aqui, sem que falasse o que o povo sente e sofre, estaria traíndo a confiança da população daquela região, que não é só de eleitores, mas de contribuintes e produtores, porque somos uma



das regiões onde se produz mais trigo, mais erva-mate. Somos um dos maiores centros produtores do Paraná. Somos de uma região onde se tem a mais desenvolvida agricultura, em termos racionais, que é realizada nos campos de Guarapuava.

Pois bem! Quando a Câmara de Vereadores daquela cidade, através do seu Presidente, que não é de meu partido, através de vereadores que não são de meu partido, que pertencem ao esquema político do Governo, apelam a este representante da região para que interprete seus ansios, quando solicitam o que entendem ser de seu direito, é porque realmente reconhecem na minha pessoa um representante da região e de seu povo, pois acima dos interesses políticos e particularistas, coloco o interesse de minha região e do meu povo.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Nivaldo Krüger, na sua região, como é óbvio, é evidente, a liderança de V. Exa., pela votação que recebeu. Nesta Casa também está patenteada a liderança de V. Exa. e assim é que V. Exa. foi eleito líder pela eminente bancada da minoria, com os aplausos da bancada da maioria. Nobre Deputado, não temos por princípio contradizer sempre as afirmações de V. Exa., pelo contrário, quase sempre estamos de acordo com V. Exa., com raras exceções. Hoje, lamentavelmente, não estou totalmente de acordo com o pronunciamento de V. Exa., em parte, quem sabe...

O SR. NIVALDO KRÜGER — Pediria a V. Exa. que aguardasse um instante e tão logo chegue no âmago da questão, V. Exa. poderá fazer um juízo...

O sr. Paulo Poli — Só para fazer um reparo, agora. Primeiro V. Exa., grande orador como é, se empolga, como é natural. Não quero entrar no mérito da questão, mas quando V. Exa. diz que a máquina política do Governo federal teria atuado nesta região, e para que eu possa ter uma idéia de como ~~essa~~ ter agido esta máquina, gostaria que V. Exa. descesse aos detalhes, para não contrariar V. Exa. com argumentos. Quanto ao fato de ter sido rejeitado o requerimento de V. Exa., haverá de convir conosco...

O SR. NIVALDO KRÜGER — Não me referi ainda a este aspecto e pediria a V. Exa. que aguardasse um instante, até eu chegar a este assunto. V. Exa., então, se achar que deve apartear, o fará.

O sr. Paulo Poli — Eu aguardo. Gostaria de saber da interferência do Governo federal na política da região.

O SR. NIVALDO KRÜGER — A posição em que me encontro é de defesa de prerrogativas. De prerrogativa do Deputado e quero valer-me do que disse o governador Haroldo Leon Peres, em 7 de maio de 1970, nesta Assembleia: "Não importa a facção a que o homem pertence. A oposição tem a mesma responsabilidade do Governo".

Em nossa atitude, srs. Deputados, nós conduziâmos, ao Governo, informações valiosas para sua administração. Exatamente por não haver, na região, outro Deputado; exatamente por não querer, o povo de minha região, eleger os candidatos da facção do Governo. E entendo que sua vontade, a vontade do povo, deve ser respeitada.

E porisso que me encontro na tribuna, como Deputado, como procurador do povo, trazendo minhas reivindicações que são justas. Enviava, naquela ocasião, — e tenho certeza que nem todos os srs. Deputados tomaram conhecimento do que eu pretendia — e lerei para que todos, agora, tomem conhecimento, porque tenho a impressão de que nem foi dado conhecimento, na íntegra, do que eu pretendia.

"Sabem os srs. Deputados, que Guarapuava é uma cidade de 150 anos. Guarapuava, centro político de grande importância. A vida política, em Guarapuava, desde o Império, foi vibrante. Dos corredores do Legislativo Municipal, no tempo do Império, saíram grandes representantes. Na República, senadores, deputados e ministros de lá saíram. Da Câmara Municipal de

Guarapuava, Câmara que foi, há poucos dias, desprezada nesta Casa, saiu o senador da República, Mattos Leão, presidente do partido da maioria. Da Câmara de Vereadores de Guarapuava também saíram grandes vultos da história política do Paraná.

E aqui nos encontramos enviados por aquela população, passando, anteriormente, também por aquela Câmara de Vereadores, com a intenção de não diminuirmos o nome e as tradições do povo daquela terra.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento. Nobre Deputado, apenas para repetir a V. Exa. o que dissemos anteriormente, neste Casa, e que constitui uma grande verdade para a vida democrática, ou para o ressurgimento da Democracia e implantação de um novo regime democrático, o que disse o grande jurista Aliomar Baleeiro, ao afirmar: "as Maiorias no regime democrático estão adstritas à participação das Minorias no Governo".

Era só isso, nobre Deputado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. a feliz lembrança.

E quero lembrar aqui, mais uma vez, a Encíclica Populorum e Progressio: "Uma colaboração voluntária, uma participação eficaz entre uns e outros, numa idêntica dignidade, que se deve estabelecer para a construção de um mundo mais humano".

E, ainda, o que disse Santo Agostinho: "Prefiro os que me criticam porque me corrigem, aos que me elogiam porque me corrompem".

E assim nos encontramos nesta tribuna, srs. Deputados, no cumprimento de uma missão. A missão de representar um povo, um povo tão esquecido. E quero dizer ainda de que Guarapuava, aquela região Centro-Oeste, tem uma participação histórica na vida do Estado na vida da República, e se tem uma participação importantíssima é porque quando muitas cidades ainda não existiam, nós, da Região, já tínhamos os recursos ~~históricos~~ da economia, das sociedades emergidas no solo de nossa terra, e de lá foram drenados recursos para fazer com que o Estado desbravasse regiões vastíssimas, regiões que, hoje, os srs. Deputados, dignamente as representam.

E dessa região ~~se extraem~~ srs. Deputados, no Ciclo da erva-mate, recursos grandiosos para que o Paraná enfrentasse o desbravamento do Norte.

O ciclo da pecuária sustentou-se através da contribuição daquela região. Grande parte da economia do Paraná está ali e dali saiu um Governador de Estado, o sr. Afonso Alves de Camargo.

Hoje nos encontramos humilhados. Essa humilhação que é imposta a um povo altivo e digno. Contra ela nos insurgimos desta tribuna. Esse brado há de ecoar pelo Paraná afora. Não aceitamos que humilhem nossa gente, não admitimos que humilhem a região que representamos.

Concordamos que os homens tomem as atitudes que devem tomar, mas também hão de aceitar os senhores o protesto justo, sincero e honesto que tem o direito de exercer.

Saibam os srs. Deputados, Guarapuava não tem uma Escola Normal, quando vemos que lá em Santa Isabel do Ivaí, por exemplo, cidade de 6 ou 7 anos, está construída uma magnífica Escola Normal. Guarapuava ainda não tem, srs. Deputados, uma Escola de Comércio, e tem 150 anos. Não tem, não senhores. Guarapuava, srs. Deputados, tem um ginásio construído ao tempo de Manoel Ribas, em 1946.

A Escola Agrícola Arlino Ribeiro, construída ao tempo do Governo de Moysés Lupion, com capacidade para 100 estudantes apenas, quando nós temos uma comunidade agrícola de grande importância.

Srs. Deputados, nós, se quisermos propiciar educação a uma comunidade produtiva como de Entre Rios, é necessário que a população se cotize entre si. E Entre Rios colabora com 30% da produção de trigo do Paraná, dando uma economia extraordinária ao erário nacional.

E assim, fizemos um relatório completo, sobre tudo que dizia respeito ao ensino para entregar ao sr. Secretário de Educação. Visitamos S. Exa., ele nos recebeu e combinamos que encaminharíamos, através da Assembléia, um relatório com a situação do ensino em Guarapuava.

Pois bem, foi essa informação, que serviria para orientar o sr. Secretário de Educação, para conduzir melhor o Governo, para que o Governo se situe melhor na minha região, para que o Governo não fique tão mal numa região tão importante para que o Governo possa dizer "conheço a realidade", pelo que me foi informado pelo representante que o povo mandou para representá-lo na Assembléia".

Essa informação os srs. Deputados interceptaram aqui. Ontem, o deputado Erondy Silvério protestava porque um representante de um órgão do Governo não recebia uma carta sua. E tinha razão quando protestava. E que dizer, então, quando os Deputados do Governo interceptam uma informação que vai servir de base para que esse mesmo Governo realize uma obra administrativa? Não posso aceitar isso, não posso me acomodar diante disso. Respeito a opinião dos srs. Deputados, mas faço um apelo para que reconsiderem essa atitude.

Um dia, ao passarem por Guarapuava, ali na Praça Cleves, olhem um parquinho que está caindo aos pedaços. É a Escola Normal de Guarapuava. Fazíamos um apelo no relatório, para que o sr. Secretário de Educação construísse outra escola, lá está o terreno à disposição.

E sabem quanto Guarapuava manda por mês para o erário do Estado? 1 bilhão e 200 mil, o Governo federal 1 bilhão e 500 e o Governo municipal arrecada 1 bilhão por mês. Esta é uma verdade incontestável.

Vejam o que acontece: para chegar-se a Entre Rios, o maior centro produtor de trigo do sul do Brasil, alardeia o Prefeito daquela cidade, que teve de ir de banco em banco do Paraná, para conseguir lá do sr. Governador um empréstimo para que seja construída uma ponte. Isso para nós é inaceitável, isso é uma humilhação e não aceitamos que meu povo seja humilhado. Se ele fôr humilhado, com ele também seremos.

Informando essas coisas ao Governo, cremos que os Deputados estão cumprindo com seu dever. Não há mal nisso, não há inconveniente algum. Creio, entretanto, essa medida foi interceptada.

Ora, srs. Deputados, também aí pleiteávamos do sr. Governador alteração do traçado de uma estrada, estrada Palmeira-Irati-Relógio, luta do deputado João Mansur para levar este traçado pela sua cidade. Reconheço isto, reafirmei isto em aparte que dei a S. Exa. admiro-o por isto porque tem feito de sua vida pública uma luta em torno desta reivindicação. Nada mais justo que isto, pois me encontro na mesma posição que ele S. Exa. lutando pelo seu povo, pelo Paraná, igualmente eu lutando pelo meu povo e pelo Estado.

Enviei ao sr. Governador do Estado um apelo que me foi dirigido pela Câmara Municipal de Guarapuava, pela Associação Comercial de minha cidade, pelas classes produtoras em todos os setores de atividade daquela região. Encaminhei esse apelo a S. Exa. e qual não foi a minha surpresa ao verificar, tenho certeza um engano nas notas taquigráficas, o seguinte: "A estrada Palmeira-Irati-Relógio sempre foi combatida pelo líder de sua bancada". Este foi um aparte dado pelo deputado João Mansur ao deputado Alvaro Dias. Deve haver um engano nesta informação. Rendo minha homenagem ao ilustre líder do Governo nesta Casa, é S. Exa. um homem que merece o meu respeito, é um homem que merece o acatamento de todos nós, não somente de seus liderados como daqueles que compõem a bancada do MDB. Devem ter dado ao nobre Deputado uma informação errada. Quem sempre combateu esta estrada foi o deputado Maia Neto. Certamente o deputado Maia Neto, que fazia campanha com o atual Prefeito de Guarapuava, antigo prócer

do PTB, tinha interesse em fazer com que se desviasse o traçado para que passasse por Ponta Grossa.

Jamais disse qualquer coisa contra esta estrada. No meu entender o homem público, consciente de sua responsabilidade, jamais pode estar contra a construção de uma estrada, devem estar sempre a favor de todas as estradas e têm que lutar pelas estradas que desembocuem nos centros geo-econômicos como no caso de Guarapuava.

Aqui está um exemplo. A estrada demanda de Campo Mourão, vem a Pirlanga e deverá dirigir-se para Relógio. Ora, para esta região toda, Guarapuava é o centro geo-econômico, é o desaguadouro natural para esta rodovia. Porque seguindo o traçado normal, saindo de Campo Mourão irá praticamente passar por mais de quatro localidades, onde existe população ativa, trabalhadora, progressista, com comunidade religiosa, que está prestando grandes serviços ao Estado.

Uma obra pública, uma estrada especialmente, segundo conceito mais evoluído, não deve seguir em busca de uma linha reta, mas deve conciliar os interesses das populações regionais, tendo em vista o interesse social e econômico das regiões.

Assim é que pleiteamos, entendo com justiça, que esta estrada desemboque em Guarapuava porque, numa distância de 200 kms., é esta cidade o único centro de abastecimento capaz de dar suprimento a toda a margem pela qual a estrada passe.

Assim, srs. Deputados, há uma conveniência nestes 45 kms. de economia e uma serra imensa que será desviada fatalmente. Serão 45 kms. de economia na construção da estrada, serão 45 kms. de pavimentação e cortes que serão economizados tendo em vista que a Serra da Esperança será desviada. Tudo diz que a estrada deve sair de Guarapuava.

É um apêlo que fazemos a S. Exa. o sr. Governador do Estado, é um apêlo que fazemos às autoridades estaduais. E entretanto está informação, esta solicitação em nome do meu povo, a solicitação da Câmara Municipal de Guarapuava e das entidades da classe, foi interceptada aqui nesta Assembleia Legislativa.

Deve haver um engano, creio que não haja uma discriminação pessoal, quando eu estava dirigindo uma crítica, porque quando a fazemos, faço, dando oportunidade à contestação, dando oportunidade a debates. Jamais enviaríamos ao Governo do Estado um apêlo solicitando empregos, vantagens, conveniências ou perseguições, não Senhores, estamos solicitando em favor de uma comunidade, em favor de um povo que trabalha e que luta, porque este povo nos mandou para cá, exatamente, para isto. S. Presidente, srs. Deputados, não sei a que atribuir este acontecimento, não sei o que pretendem...

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não me foi possível ouvir desde o início, o seu pronunciamento, porque eu me encontrava na Mesa, examinando matéria de real importância, e não prestei assim ligeira atenção no que V. Exa. acaba de dizer. V. Exa. vai retirar ou vai renovar o seu pedido?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Eu vou fazer, nobre Deputado.

O sr. Muggiati Filho — Então eu gostaria, abonando o pedido de V. Exa. de dizer a V. Exa., que no dia seguinte à rejeição do requerimento de sua autoria, tivemos a oportunidade face à ausência de V. Exa. de nos referir à matéria. E conforme consta dos Anais da Casa, abordamos este fato, não vou me referir ao que achamos de fundamental, que é a parte pessoal e que diz respeito aos interesses públicos. Mas dissemos que mesmo embora tivéssemos contestar as argumentações do eminente líder da maioria, deputado João Mansur, tendo em vista que a nossa bancada, embora pequenina, tem procurado nos assuntos de natureza política, lutar em defesa dos princípios que entender eminentemente democráticos. A rejeição de requeri-

mentos desta natureza, faz com que o abismo que existe entre as duas barricadas, se tornem mais intransponíveis. Se existe o sentido do espírito democrático e todos nós sem discricionalismo político, tido conforme exemplo que já citei e que reflete o idealismo de cada um dos srs. Deputados, especialmente, do nobre líder, deputado João Mansur, seria de reexaminar a matéria. Então para corroborar com V. Exa. devo acentuar que o requerimento reiterado por V. Exa., acredito, será novamente ponderado pela maioria, para que assuntos desta natureza não possam ser envolvidos e emiscuidos com assuntos de natureza eminentemente político. E eu reiterando então, aquela argumentação, como disse, quero deixar bem claro, como o fiz quando usei da tribuna pela última vez, que confio plenamente que a eminente liderança da maioria desta Casa, reconsidere este requerimento.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. E tenho certeza que isto acontecerá. Que talvez esse acontecimento tenha sido ditado por um momento de interpretação puramente política. Entretanto, há necessidade, como diz V. Exa. de uma distinção entre a atividade político-partidária, e as atividades administrativas em si.

O sr. Sebastião Rodrigues — Nobre deputado Nivaldo Krüger, quero juntar às palavras do nobre deputado Muggiati Filho, também a minha solidariedade a V. Exa.

Quero destacar, neste momento, a forma liberal com que V. Exa. tem liderado e conduzido a minha bancada nesta Casa. Votamos inclusive algumas vezes, juntamente com o Governo, como no caso daquela mensagem de S. Exa. o sr. Governador, abolindo a concessão de tempo integral à Magistratura.

Temos votado sistematicamente a favor dos requerimento apresentados nesta Casa, pela bancada da maioria, inclusive requerimentos de louvores a S. Exa. o sr. Governador do Estado. Ainda na semana passada, nós o fizemos porque temos tido também aquela necessária consideração para com os Deputados da bancada da maioria. Títulos honoríficos, temos votado. Temos até mesmo violentado um pouco aquilo que entendemos ser nossa missão na Assembléia. Em primeiro lugar, porque achamos que não ficaria muito bem, ser concedido um título de Cidadão Honorífico, a ilustre vulto brasileiro, que entretanto pouco representa para o Paraná; pouco tem feito pelo Paraná. Mas, temos votado, para evitar que este título deixe de ser concedido por unanimidade, atendendo sobretudo, quase sempre, ao deputado que subscreveu o pedido.

Por isso é que eu estranho, estranho mesmo que recusem aprovação a este requerimento proposto por V. Exa. de se fornecer ao sr. Secretário de Educação e Cultura, um relatório da situação do ensino em Guarapuava, sobretudo quando se esclarece, como V. Exa. o fez neste momento, esta Casa, de que houve prévio entendimento entre V. Exa. e aquele Secretário, para encaminhamento desta situação que, naturalmente, será contribuição a S. Exa. o sr. Secretário de Educação e Cultura.

Não tenho dúvidas, de que a maioria desta Casa analisará o procedimento que negou este requerimento de V. Exa. e votará pela sua aprovação, porque se negá-la, estará negando uma contribuição a alguém do próprio Governo.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. Quero apenas prestar esclarecimentos a esta Casa.

A maioria dos srs. Deputados, são velhos políticos de muita experiência, vêm de duras lutas; já experimentaram as fases mais difíceis da vida nacional; muitos dos senhores.

Outros, mais novos, mas todos homens experientes, espero que os Senhores compreendam o que seja uma bancada de oposição. Espero que os Senhores compreendam as dificuldades que enfrenta uma bancada de oposição. Espero que os Senhores não estejam alheios aos apêlos do sr. Presi-

dente da República, no sentido de que a oposição se consolide. E nós queremos nos consolidar em termos nacionais: francos, abertos, trabalhando, produzindo, ajudando o Governo. Porque proposições desta ordem ajudam. O Governo fica sabendo através do representante da oposição, que em tal parte falta a balsa. Nós ainda estamos reivindicando balsas, no município de Guarapuava, quando em outras regiões está tudo coberto por pontes. Estamos informando ao Governo, desta região e os outros Deputados o fazem com relação a suas regiões.

Que o Governo ocupe um hotel, onde milhões ali foram investidos e que está abandonado, como criatório de cabras e outros bichos.

E o Hotel de Santa Clara. E a ligação de Guarapuava a Cândido de Abreu, por onde os colonos passam com seus animais a nado, não sei por que não foi construída esta ponte. Não reivindicamos nem sequer uma ponte, mas uma balsa! Informamos ao Secretário que não há uma ponte lá. De Guarapuava a Pinhão não há ponte e lá temos o deputado João Mansur que conhece bem o problema. Quando chove as águas passam por cima da ponte e ficamos impedidos de nos comunicarmos com os municípios vizinhos. E assim por diante. Verificamos que se não houver informação dos que representam o povo, o Secretário não pode atender a região. Vemos que apesar de termos durante cinco legislaturas consecutivas homens governistas na Assembléia, as nossas reivindicações não são atendidas.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRUGER — Já concederei o aparte.

Nestas condições o que vamos fazer aqui é trazer estas informações ao governo. Informar ao Governo de nossas necessidades de nossas carências de nossas solicitações.

Eu dizia, quando me referi aos Deputados experientes de velhas lutas, que conduzir uma bancada de oposição não é o mesmo que conduzir uma bancada de situação. E uma honra para mim atuar ao lado destes companheiros valorosos, leais e francos, homens de luta, no verdadeiro sentido. E uma honra extraordinária, para mim, como tenho certeza será para qualquer outro deputado que liderar amanhã nossa bancada, no sistema de rodízio que democraticamente adotamos. E tantas vezes gostaríamos pessoalmente de seguir uma determinada orientação, mas a maioria decide por um outro rumo e aceitamos a decisão da maioria.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. deve ter sentido que é uma alegria imensa para nós apartear-lo. Estou plenamente de acordo com a tese de V. Exa. que, não há dúvida, é autêntica, legítima, patriótica. V. Exa. está realmente no cumprimento de seu dever, nesta tribuna. Parabéns até aqui. Porém permita, nobre Deputado, que num retrospecto eu cite alguns fatos, porque um dia, quando usei os termos incoerência e distorção desta tribuna, fui violentamente criticado pelo eminente deputado Muggiati Filho.

O SR. NIVALDO KRUGER — Pediria a V. Exa. que fosse breve.

O sr. Paulo Poli — Sou breve, V. Exa. é que não me deixa falar. V. Exa. está falando sobre uma ponte e quero falar sobre a mesma. Quando se votava a emenda constitucional, em que ficamos nesta tribuna, madrugada a dentro, defendendo a construção de uma ponte, o deputado Muggiati Filho e V. Exa. achavam que o assunto de ponte não tinha importância. E até promoveram o local, de Capitão para General. Entendia que a matéria era seria como a que V. Exa. aborda hoje. Por isso me parabenizo, estou com V. Exa. quando fala sobre ponte, mas fui combatido e criticado. O segundo ponto...

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte?

O sr. Paulo Poli — Eu estou falando, e aqui vai uma leve crítica a...

O SR. NIVALDO KRUGER — Peço que termine, para eu poder concluir.

O sr. Paulo Poli — ... V. Exa., deputado Sebastião Rodrigues, por intermédio do orador. Nobre Deputado, o Paraná sabe que quando adveio o Ato Institucional n. 5, várias Assembléias do Brasil foram fechadas e a do Paraná não foi e deve-se agradecer ao então comandante da 5.ª Região Militar, Gal. Aragão. Esta Casa votou a S. Exa. o título de cidadão honorário. E vem um Deputado de vossa bancada, dizendo que estamos distribuindo títulos de Cidadão Honorário querendo ser agradáveis a uem não tem importância ao Paraná. Porém o Deputado que levantou esta tese, não viveu este episódio.

O SR. NIVALDO KRUGER — Dou um minuto para concluir seu aparte.

O sr. Sebastião Rodrigues. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).  
to) Apenas porque fui citado nominalmente, desejava esclarecer o assunto e solicito a V. Exa. um breve aparte.

O sr. Paulo Poli. — Mas, nobre deputado Nivaldo Kruger, V. Exa. não me permitiu continuar com meu aparte.

sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. tentou me envolver maliciosamente.

O sr. Paulo Poli. — Eu não tentei.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa avisa que não são permitidos diálogos.

O SR. NIVALDO KRUGER. — Concedo o aparte ao deputado Sebastião Rodrigues.

O sr. Sebastião Rodrigues. — Desejo esclarecer, nobre Deputado, que não me referi ao general Campos de Aragão, porque S. Exa. no Paraná, é conhecido por todos, pelo amor que sempre dedicou ao nosso Estado.

Não me referi a ele, e se digo isso não é por temor, mas porque não foi a ele que me referi. Referi-me, isto sim, a S. Exa. o sr. Presidente da República.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).  
Apenas para esclarecer, porque também fui citado nominalmente. Desejo esclarecer que aquele meu requerimento foi por ocasião da apreciação de um veto ex-temporâneo, intempestivo, e portanto não devia ser apreciado.

Agora, quanto a Leônidas Marques, não fui eu quem o promoveu a general, ele foi promovido a general nesta sessão. Nós apenas o promovemos a major.

O SR. NIVALDO KRUGER. — Agradeço a V. Exa.

O sr. João Mansur. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).  
Nobre Deputado, deixei justamente o final de sua oração para apartear-lo.

V. Exa., deputado Nivaldo Krüger, cometeu algumas injustiças no seu pronunciamento no dia de hoje.

O SR. NIVALDO KRUGER. — Se cometi alguma injustiça estou pronto a repará-la.

O sr. João Mansur. — Diversos requerimentos da bancada de V. Exa., nobre Deputado, têm sido aprovados por esta Casa. Razão porque cai por terra a afirmação de V. Exa. de que existe um movimento indiscriminado de nossa bancada denegar apoio a tudo que parte do Movimento Democrático Brasileiro.

V. Exa. e o deputado Muggiati Filho dizem que existem um abismo entre a bancada do MDB e a bancada do Governo, abismo esse que se aprofunda cada vez mais.

Mas, V. Exa., nobre deputado, é testemunha das vezes que a bancada de V. Exa. manifestou desejo de ter encontro com o sr. Governador. Levei a S. Exa. essa manifestação. E S. Exa. disse, de pronto, que estava à disposição dos homens do MDB para ouvir suas reivindicações, porque ele não tinha discriminação partidária, era Governador do Paraná e de todos os paranaenses.

No entanto, Vs. Exas. talvez empolgados com o problema da Emenda Constitucional, quando entraram com um recurso no Tribunal de Justiça do

Paraná, contra a Mesa Executiva desta Casa, se desinteressaram pelo diálogo com o governo do Estado.

E eu então não entendo como Vs. Exas., vêm afirmar, neste instante, que o governador do Paraná está agindo com discriminação com a bancada de Vs. Exas.

V. Exa., nobre Deputado, esteve em minha casa e nós tivemos um entendimento. Entendimento que se iniciou na tarde, aqui na Assembléia, com relação a um projeto de minha autoria que está tramitando nesta Casa. Não quero, nobre Deputado, entrar no mérito da discussão para que possamos reiniciar o diálogo mantido com V. Exa.

No último pronunciamento que fiz nesta Casa, coloquei-me à disposição de V. Exa. para, juntos, lutarmos por aquela reivindicação de sua região. Disse da grande responsabilidade que pesa sobre seus ombros, como único representante do Sudoeste do Paraná. E naquela oportunidade afirmei que V. Exa. sempre lutava contra aquela estrada.

V. Exa. não desconhece que houve uma reunião, onde esteve presente o Ministro de Transportes, coronel Mário Andreazza. E agora fico satisfeito, quando V. Exa. afirma nesta Casa, e é isso que queria ouvir de um representante do povo daquela região, com a responsabilidade que tem V. Exa. de que o atual prefeito de Guarapuava, Moacir Silvestri e o deputado Maia Neto, é que sempre lutaram contra aquela estrada.

De modo que quero retirar as expressões, quando me referi ao seu nome. Hoje, fico satisfeito, porque V. Exa. denuncia a esta Casa esses dois homens, que sempre lutaram contra essa estrada. Mas o interessante é que a semana passada, aqui esteve o Prefeito de Guarapuava, esse mesmo que V. Exa. afirma de sua tribuna ser contra a estrada, pedindo o apoio deste modesto deputado, para que se incorpore num luta a favor dessa estrada Campo Mourão-Pitanga.

Veja V. Exa. que os fatos se invertem e até as pedras se encontram. Hoje, o prefeito Moacir Silvestri vem pedir o apoio para a construção daquilo que ele sempre contribuiu para que não se realizasse, a estrada Palmeira-Irati, Renócio. Mas, graças a Deus, graças ao nosso trabalho e a compreensão do atual Governador e, quero fazer justiça, graças também ao ex-governador Paulo Pimentel que aprovou a estrada Palmeira-Irati.

Mais uma vez, quero reafirmar o meu apoio à sua luta, mas não aceito essa declaração e V. Exa. há de convir comigo, que a bancada de V. Exa. vai ficar muito cômoda, se de um lado apresentar sugestões, pedidos de informações que são divulgados por essa imprensa publicitária que a bancada de V. Exa. conta e que, infelizmente, a nossa bancada não conta. Não temos, hoje, quase que nada da imprensa de nosso lado, quando V. Exa. têm a imprensa toda. Se, de um lado, V. Exa. apresentar pedidos de informações, de apelo, que V. Exa. achar justo mas logo em seguida V. Exa. assume a tribuna para massacrar e criticar o governo, nós não podemos concordar com V. Exa.

Naquele dia V. Exa. teve entendimentos comigo. Ocuparam até um Canal de TV — não quero entrar no mérito, porque V. Exa. conhece o problema, não quero entrar no mérito, porque devemos estabelecer um diálogo amistoso e porque o governo precisa do apoio de sua bancada, mesmo criticando. Ele precisa desse apoio, de modo que V. Exa. traz dois requerimentos, mas não comparece à Casa. Dá impressão de que V. Exa. enviou os requerimentos e deu instruções à sua bancada.

Para mim seria muito cômodo dizer a V. Exa. que o requerimento apresentado por eminente Deputado que integra sua bancada, teria apoio, mas não compareço e dou instruções para meus companheiros que derrubem.

Mas não procedo dessa forma, sou homem que assume a responsabilidade de seus atos.



Era este o esclarecimento que queria dar a V. Exa., e não há nisso nada de pessoal contra V. Exa. ou algum Deputado que integra a bancada da oposição. Estamos aqui para defender o povo do Paraná, mas queremos tratamento correto de V. Exas.

Vejo que V. Exa. também age com justeza quando o governo do Estado está realmente procurando trabalhar em favor do Paraná.

O SR. NIVALDO KRUGER — Desejo dizer ao deputado João Mansur, que era isso que queria realmente ouvir, convirsa franca, aberta, que deve existir entre homens que representam o povo nesta Assembléa.

Disse das minhas queixas e o deputado João Mansur disse das suas. Entretanto, V. Exa. fez alguns reparos que não me julgo deles merecedor. O primeiro deles é que fazia uma análise indiscriminada ou generalizada da bancada com relação ao nosso requerimento. Apenas me referi a dois requerimentos, e admiti o direito que a bancada tem de agir dessa forma.

Quanto à apreciação, feita pelo deputado Muggiati Filho que V. Exa. interpretou como apreciação definitiva, entendi que o nobre deputado Muggiati Filho disse que a prosseguir este critério abrir-se-á um abismo entre as bancadas, o que não desejo que aconteça, o que não tenho vontade que aconteça.

No início do meu discurso, citando aquele documento da Igreja, talvez não tivesse prestado atenção, em que analisa o problema político e social da época, disse que havia necessidade de diálogo entre os homens, entre as nações e entre as facções.

Assim a atitude por nós assumida com relação a essas obras me parece a mais justa, a mais necessária para o próprio andamento do governo. Creio que V. Exa. está imbuído de intenções construtivas relacionadas com a nossa região, creio nisto firmemente e aceito alguns reparos que foram feitos pelo nobre deputado João Mansur.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem dois minutos para concluir a sua oração.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte (Assentimento). O meu aparte será rápido ele é apenas para demonstrar a V. Exa. que não existe nada de pessoal. Quero dizer que me proponho a subscrever com V. Exa. O requerimento que irá reapresentar a esta Casa para dar uma demonstração que não existe nada de pessoal contra V. Exa.

O SR. NIVALDO KRUGER — V. Exa. com esta atitude está se restabelecendo e reafirmo o que disse a seu respeito na 6.a-feira última, quando lhe dirigi um aparte, afirmando que esta Assembléa se engrandece com atitudes da grandeza que V. Exa. assumiu naquela ocasião. Reafirmo hoje que disse e quero prestar um esclarecimento a esta Casa. No dia que procurei V. Exa. com o sentido de amainar a tensão existente nesta Assembléa, tendo em vista o interesse da Casa e de todos me propus a levar ao deputado Alvaro Dias a sua mensagem de que concordara em emendar o projeto apresentado por V. Exa. de emenda ao Estatuto do Magistério, levei ao deputado Alvaro Dias essa informação. No dia seguinte, domingo, participando de uma reunião no Colégio Estadual com todos os Professores que ali se encontravam, num comportamento altamente negativo para o governo e para a bancada do governo, como líder da oposição poderia ter tirado um proveito extraordinário a meu favor se quisesse usar de métodos menos dignos. Mas não, enfrentei todos os professores dizendo que tinham razão, mas deviam acalmar-se porque num diálogo que havia mantido com o deputado João Mansur...

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte

O SR. NIVALDO KRUGER — ... esse me havia afirmado que estava disposto a emendar o projeto ou dar a ele uma feição que atendesse aos interesses dos professores. Disse isto lá quando poderia ter-me aproveitado

do momento para ficar simpático aos professores. Percebi a seguir, que ao tomar essa posição deu a impressão que estava com V. Exa., eu estava fazendo um entendimento à revelia da nossa bancada.

Mas na realidade o que eu desejo, é que neste clima de controvérsia, haja harmonia. Estou pronto a reconhecer aquilo que V. Exa. achar que é de injustiça, se alguma injustiça eu cometi desta tribuna, eu me redimo perante os senhores. O meu objetivo não é ferir, não é aqui criar casos, não é aqui conflitar a Assembléia Legislativa do Estado, não senhor, é procurar uma saída não só para o problema da Assembléia, como para os problemas do povo, não só do povo, e dos escalões de comando do País, mas muito mais, para a fase difícil da política nacional. Porque se nós os políticos, não estivermos à altura das aspirações do povo, não encontraremos soluções plausíveis para o problema de redemocratização do país. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador, que está esgotado o tempo.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 42 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Armando Queiroz, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 235-69, que autoriza o Poder Executivo, a criar, na sede do Município de Tapejara, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar no próximo ano letivo. — **Aprovado.**

#### Redação Final do Projeto n. 235-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Tapejara, uma Escola Normal, de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-6-71

aa) Cândido Manoel Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Pinto Dias.

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 126-70, de autoria do dep. Arnaldo Busato, que autoriza o Poder Executivo a doar Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) à Associação do Instituto Nacional e Assistencial "Santa Cruz", de Capanema. — Pareceres contrários da C.C.J. e C.F. e Favorável da C.I.P. — **Aprovado.**

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 313-70, de autoria do dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo, considerar de Utilidade Pública a Assistência Lar Esperança, da cidade de Londrina. — Parecer da C.C.J. favorável. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 313-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de Utilidade

Pública, a Assistência Lar Esperança, de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1970.

a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei, é plenamente justificado, através dos bons serviços prestados pela referida entidade, a coletividade da cidade de Londrina, sendo que sua principal finalidade é amparar e recuperar moral e espiritualmente, mães solteiras, bem como amparar e educar seus filhos. A aludida entidade, mercê de seus fins filantrópicos já foi reconhecida como de Utilidade Pública pela Municipalidade, através da Lei n. 1.343, sendo que o seu Estatuto, está devidamente registrado em cartório competente preenchendo dessa maneira os requisitos necessários, e esperando também merecer o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER

##### AO PROJETO DE LEI N. 313-70

1.) Tratam os autos de projeto de lei autorizando o Executivo Estadual declarar de Utilidade Pública a Assistência Lar Esperança, da cidade de Londrina.

2.) O projeto de lei em análise está devidamente instruído e plenamente justificado, inclusive tendo carreado para os autos exemplar dos estatutos da entidade, que tem, efetivamente, atuação de ressonância social.

3.) Isto pôsto e pelo mais que dos autos consta somos pela legalidade e constitucionalidade do projeto de Lei, S.M.J.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Emílio Carazzai, Cândido, Manoel Martins de Oliveira, Igo Losso, Arthur de Souza, Gilberto Carvalho, Odilon Reinhardt, Muggiati Filho.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 100-70 de autoria do dep. Antonio Lopes Junior, que eleva para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal concedida à viúva Maria da Conceição Martins Azambuja e Souza, pela Lei n. 1.535 de 2.12.53. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Substitutivo Geral de Ambas as Comissões. — **Aprovado.**

##### PROJETO DE LEI N. 100-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica aumentada para cento e cinquenta cruzeiros novos, a pensão concedida à viúva Maria Conceição Martins Azambuja e Souza, constante da Lei n. 1.535 de 2 de dezembro de 1953, publicada no Diário Oficial de 9 de dezembro de 1953.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1970.

a) Dep. Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA:

A beneficiária é viúva do ex-promotor público Alfeu de Azambuja e Souza, falecido a 5 de fevereiro de 1943, em Prudentópolis. Foi promotor público desde 1.911, e é considerado "o mais antigo membro do Ministério Público do Paraná", conforme publicação na Revista Paraná Judiciário. É de justiça de se conceder tal aumento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n. 100-70

AUTOR: Dep. Antônio Lopes Júnior

Súmula: Eleva para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal concedida à viúva Maria da Conceição Martins Azambuja e Souza, pela Lei 1.535 de 2.12.53.

I — A medida pretendida conflita totalmente com as normas que regem iniciativas deste teor.

II — Todo projeto que gere aumento de despesas, deverá iniciar sua tramitação através de mensagem do Poder Executivo, a não ser que seja medida autorizativa.

III — O teto fixado em Lei, é de Cr\$ 50,00 na concessão ou aumento de pensões.

Face ao exposto, não poderíamos aprovar a matéria proposta pelo ilustre deputado Antonio Lopes Júnior na forma em que se encontra proposta. Somos favoráveis, no entanto, à sua aprovação, na forma do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Maurício Fruet

Igo Losso

Cândido Martins de Oliveira

Acyrl José

Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N. 100-70

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aumento à pensão mensal dada a viúva Maria da Conceição Martins Azambuja e Souza pela Lei n. 1.535 de 2 de fevereiro de 1953, publicada no Diário Oficial do Estado de 9 de dezembro de 1953.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Igo Losso

Maurício Fruet

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n. 100-70.

O presente projeto de Lei vem articulado e devidamente justificado, na conformidade com o que determina o Regimento Interno.

De outro lado o mesmo não tem implicação de ordem financeira visto existir dotação própria no Orçamento Geral do Estado para atendimento de pensões.

Com a devida vênia tomamos a liberdade de apresentar um Substitutivo Geral, o qual sem modificar seu espírito lhe dará forma mais completa da técnica legislativa.

Nosso parecer portanto é pela sua aprovação nos termos do Substitutivo anexo.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1971.

a) Leopoldo Jacomet — Presidente

Santos Lima — Relator

Maurício Fruet

Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE FINANÇAS

SUBSTITUTIVO GERAL

Ao Projeto de Lei n. 100-70

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal, concedida à viúva Maria da Conceição Martins Azambuja e Souza, pela Lei n. 1.535, de 2 de dezembro de 1953.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

22) Leopoldo Jacomei — Presidente

Santos Lima — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado, Ivo Tornazoni, constante do Expediente, solicitando inserção nos Anais desta Casa, da cópia das informações prestadas ao Tribunal de Justiça pela Consultoria Jurídica da Assembléia Legislativa e adotadas pela Mesa Executiva, no Mandado de Segurança impetrado por deputados do Movimento Democrático Brasileiro, contra a promulgação da Emenda Constitucional n. 3, bem como do despacho do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que cassou a liminar concedida no referido Mandado e do Parecer do Procurador Geral a República. — **Aprovado.** A matéria acha-se transcrita no final desta Ata.

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos srs. Secretários de Educação e Cultura e Secretário de Viação e Obras Públicas, no sentido de ser dada prioridade à construção do prédio próprio do Colégio Comercial Estadual e Ginásio Moreira Couto, no bairro do Portão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja endereçado ofício ao sr. Secretário dos Transportes, no sentido da construção de uma balsa sobre o rio Ivai, ligando os municípios de Guarapuava e Cândido de Abreu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Presidente da República, fazendo ciência do integral apoio deste Poder Legislativo, à justa reivindicação da pecuária nacional. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21 à Hora Regimental com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 8-71;

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 126-70;

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 100-70 e 313-70;

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 1-71 e 40-71.

Levanta-se a sessão.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Consultoria Jurídica

Mandado de Segurança 34-71

Assembléia Legislativa

**A — PRELIMINARES**

**I — Inadequação do Mandado da Segurança à espécie**

1 — Através do presente writ pedem os impetrantes que se suspenda liminarmente o ato que promulgou a Emenda Constitucional n. 3 à Constitui-

ção do Estado; suspenda-se a sua vigência por ferir direito líquido e certo; devolvam-se todos os prazos a partir do pedido de vistas na Comissão Especial, prosseguindo-se daí com integral renovação de toda a elaboração legislativa até final promulgação. E, que seja o pedido, a final, julgado procedente.

A suspensão liminar foi concedida pelo Senhor Desembargador Relator. Com essa providência sustou-se a vigência da Emenda Constitucional n. 3. Feriu-se, assim uma lei votada pela Assembléia Legislativa, sob alegação de vício em sua elaboração. E, o objetivo final, da medida judicial proposta é, realmente, a anulação, a revogação da Emenda Constitucional, para que se proceda à "integral renovação de toda a elaboração legislativa".

2 — É páfífico tanto na doutrina como na jurisprudência, desde as origens do instituto do mandado de segurança em nosso direito positivo, que esse não é o *remedium juris* adequado para atacar a lei em tese.

Outra não é a lição do professor OTHON SIDOU:

"O princípio segundo o qual contra a lei em tese não prevalece o mandado de segurança foi acatado desde as origens do instituto. Julgado de 13 de fevereiro de 1935 da Corte de Apelação de São Paulo já o consagrava, em respeito a que ao Poder Judiciário não é permitido revogar a lei, mas apenas negar-lhe aplicação em casos concretos". (Do Mandado de Segurança, pág. 314).

"O sistema de controle que o nosso regime adota, nega ao Poder Judiciante o que decorre de princípio vetusto, a faculdade de, em tese revogar lei". (idem, pág. 243).

A respeito, pondera o Ministro Castro Nunes:

"Anular uma lei, diz KELSEN, seria exercer função legislativa por que, a anulação teria o mesmo caráter de generalidade da elaboração, *n'étant pour ainsi dire que confection avec un signe négatif*.

Anular seria revogá-la, cassá-la, declara-la sem efeito, atribuição privativa da legislatura da qual tenha emanado. Sentenças não podem anular leis, disse Rui Barbosa". (Do Mandado de Segurança, pág. 372).

Nossos Tribunais também assim se têm manifestado:

"Não cabe mandado de segurança para decretar a nulidade de uma lei, em tese. O Poder Judiciário não decreta a nulidade de uma lei em abstrato, pois isso atentaria contra a inter-dependência dos Poderes constitucionais. O mais que lhe é dado fazer é recusar a aplicação à lei no caso concreto". (Tribunal de Justiça do R.G.S., in Revista Forense, vol. 128-165).

"Mandado de Segurança — impetração por Vereador contra Câmara Municipal — Segurança visando a lei em tese, por terem ocorrido vícios na sua aprovação, e não na sua aplicação — Inadmissibilidade — Cassação "writ" — Recurso provido". (Tribunal de Alçada de São Paulo, in Revista dos Tribunais, vol. 325-472).

O próprio Tribunal de Justiça do Paraná, não tem discrepado desse entendimento, como se verifica através do seu Acórdão n. 42.816, proferido pelo voto unânime dos desembargadores Alcêste Macedo, Pacheco Júnior e Ernani Abreu:

"Não tem cabimento o mandado de segurança para anular ato legislativo", (in Revista dos Tribunais, vol. 351/603).

E, a Súmula n.º 266, da Jurisprudência Predominante no Supremo Tribunal Federal, fulmina:

"Não cabe mandado de segurança contra lei em tese". (Súmula, pág. 96, 3.ª ed.).

3 — Os impetrantes, conhecedores da orientação doutrinária e jurisprudencial dominantes, procuram confundir os Senhores Desembargadores, pedindo a suspensão da vigência do "ato que promulgou a Emenda Constitucional n.º 3", como se isso não importasse, exatamente, na suspensão da vigência da própria Emenda Constitucional, ou seja, na sua revogação.

Só o Legislativo pode revogar, anular ou suspender a vigência da lei. Através do próprio órgão que a elaborou, ou, do Senado Federal, como última etapa do processo da declaração de inconstitucionalidade, iniciado pelo Procurador Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal.

Em mandado de segurança, o que se faculta ao Judiciário é deixar de aplicar a lei aos casos concretos, não tendo a sentença força para revogar a lei, ainda que manifestamente inconstitucional.

4 — A Proposta da Emenda Constitucional observou fielmente as regras constitucionais e regimentais que regem o processo legislativo. Foi discutida e votada pela Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias a contar do seu recebimento, em duas sessões, obtendo em ambas as votações mais de 2/3 dos votos dos seus membros e ainda, em Redação Final com o mesmo quorum, (Atas das respectivas Sessões).

A sua Promulgação pela Mesa da Assembléia Legislativa era, portanto, irrecusável. Decorre do mandamento imperativo do § 3.º do art. 24 da Constituição Estadual. Onde, pois, a ilegalidade do ato; o abuso de poder; a ofensa, enfim, a direito líquido e certo?

5 — Como ensina PONTES DE MIRANDA, promulgação “constitui mera atestação da existência da lei e proclamação de sua executoriedade”. E conclui, “promulgação é pressuposto de existência”. (Comentários à Constituição de 1967, Tomo III, pág. 177).

A promulgação da lei por configurar-se ato tipicamente legislativo, ato de poder, de soberania, pois integra o processo legislativo, é imune à apreciação pelo Judiciário em mandado de segurança.

Esse o entendimento da CORTE SUPREMA:

“Mandado de Segurança. Se não cabe contra a lei em tese, também não pode caber contra ato que a sanciona e assim a integra, constituindo uma fase de sua elaboração”. (Supremo Tribunal Federal, Pleno, in Revista Trimestral de Jurisprudência, vol. 41/249).

“O Supremo Tribunal Federal, não obstante os dizeres amplos do texto do art. 1.º da Lei n.º 1.533, mantém o entendimento de que continuam excluídos os atos legislativos da apreciação pelo Poder Judiciário, através do mandado de segurança se este visa a lei em tese”. (Supremo Tribunal Federal, in Revista Trimestral de Jurisprudência, vol. 2/327).

No mesmo sentido preceitua o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO:

“Não cabe mandado de segurança contra ato da Mesa da Assembléia Legislativa, pertinente, por sua natureza, a um dos poderes do Estado, na função peculiar e decorrente de um poder soberano”. (Revista Forense, vol. 122/480).

6 — Como ficou demonstrado, o mandado de segurança é meio inidôneo para o fim colimado pelos impetrantes. Merecia, *data venia*, o indeferimento liminar, como prescreve o art. 8.º da Lei n. 1.533.

## II — Incompetência do Judiciário para apreciar a elaboração legislativa

1 — Refoge à competência do Poder Judiciário a apreciação da forma da elaboração legislativa.

É matéria que diz respeito tão somente à economia interna dos legislativos. São normas *jura interna corporis*. Atos de soberania de Poder.

A respeito, doutrina CARVALHO SANTOS:

“Escapa à competência do Poder Judiciário pronunciar-se sobre os defeitos da lei, cujas causas são *interna corporis*, isto é, que digam respeito à economia interna das Câmaras Legislativas, como v. g. o intervalo mínimo entre as discussões, o número delas, a legalidade do exercício do membro da Câmara que votou o projeto de lei”. (Código Civil Brasileiro Interpretado, pág. 21).

E, a jurisprudência predominante não destoia dos ensinamentos doutrinários:

"A Lei — Forma pela qual ela teria sido elaborada — Pretendido desrespeito a dispositivos do Regimento Interno de Câmara Municipal — Questão que refoge à competência do Judiciário — inexistência de ataque à regularidade da promulgação e da publicação da lei acoimada de nulidade — Ação improcedente.

Fogem à apreciação do Judiciário defeitos de forma acaso ocorridos na elaboração de determinada lei". (Tribunal de Justiça de São Paulo, in Revista dos Tribunais, vol. 291/223).

"Inconstitucionalidade da lei — Declaração pretendida em consequência de elaboração ilegal — Alegação não acolhida.

Desde que a lei, em si mesma considerada, não se choca com postulados constitucionais ou com textos hierarquicamente superiores e desde que tenham sido atendidas as condições exteriores de sua formação não cabe ao aplicador penetrar no vestibulo interno de sua elaboração". (Tribunal de Justiça de São Paulo, in Revista dos Tribunais, vol 305/270).

2 — Como se verifica, ao Judiciário não se permite, sem ofensa aos princípios que regem a harmonia e independência dos Poderes, inquirir do mérito da própria lei.

Investigar sobre o período de formação interna da lei fere a soberania do Legislativo, depõe contra a própria Constituição Federal.

Podemos compreender a atitude dos Senhores Deputados que compõem a bancada minoritária nesta Casa, em se valer de todos os meios a seu alcance para tentar dificultar ou impedir a execução das decisões da maioria: mas, o que não podemos entender, é a acolhida que se deu a tão injurídico pedido.

Passaremos, a seguir, como deferência ao Poder Judiciário, ex abundantia, a prestar as informações pormenorizadas sobre a elaboração legislativa, da Emenda Constitucional n.º 3.

## B — INFORMAÇÕES

### I — Antecedentes da Resolução n.º 2/71

1 — A Resolução n.º 2-71 adaptou o Regimento Interno da Assembléia ao processo legislativo estabelecido na Carta Estadual, para a tramitação de emenda à Constituição. Ao fazê-lo, observou, fielmente, os princípios constitucionais que, como é sabido, sofreram completa modificação em relação aos fixados pela anterior Constituição. Se na vigência desta a proposta de emenda à Constituição deveria ser votada em duas Sessões Legislativas consecutivas, o que vale dizer, em dois anos civis, agora, o prazo máximo é de sessenta dias. (Art. 24, § 2.º, Constituição Estadual e art. 48, Constituição Federal).

2 — Não foi a Resolução, n.º 2/71, portanto, que restringiu para sessenta dias o prazo de discussão e votação da Emenda Constitucional. Esse prazo decorre de norma inscrita na Constituição do Estado, em obediência ao mandamento da Carta Magna.

Torna-se evidente, assim, que os prazos anteriormente estabelecidos pelo Regimento Interno para essa elaboração legislativa deveriam, forçosamente, ser reduzidos.

3 — A Resolução, por outro lado, foi amplamente discutida, e finalmente votada, sendo aprovada pela maioria dos senhores Deputados, na forma regimental.

4 — Não houve qualquer irregularidade na sua tramitação. Não se pode dar crédito, em juízo, a comentários de certa imprensa local, apresentados na inicial como elemento de prova. O que vale dizer, nenhuma prova foi apresentada.

### II — Elaboração Legislativa da Proposta de Emenda à Constituição.

#### a — Início do Processo Legislativo

5 — A Mensagem Governamental n.º 8/71, de 26 de abril de 1.971, que



encaminhou à Assembléa Legislativa do Estado a Proposta de Emenda Constitucional foi, nesta Casa, transformada na Proposição n.º 15/71.

6 — Publicada no Avulso n.º 1, do Diário da Assembléa de 3 de maio de 1.971, distribuído no dia 5 desse mesmo mês, foi, a partir dessa data, objeto de discussões em Plenário, conforme consta da Ata respectiva.

Constou do Expediente da Sessão Plenária do dia 12, para efeito da abertura de prazo para apresentação de emendas. Prazo esse encerrado dia 17, segunda-feira, tendo sido apresentadas certo e oito emendas.

#### **b — Tramitação da Proposta na Comissão Especial de Reforma da Constituição**

7 — A Comissão Especial de Reforma da Constituição foi constituída através da indicação de seus membros pelos Líderes das Bancadas da Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro.

Instalada no dia 18, terça-feira, foi eleito o senhor deputado Emílio Carrazzi para Presidente, e designado Relator da Proposta o senhor deputado Armando Queiroz de Moraes. (Ata da Comissão).

8 — Na sexta-feira, dia 21, realizou-se outra reunião da Comissão Especial, na qual o senhor Deputado Relator apresentou seu parecer à Proposta e a cada uma das cento e oito emendas apresentadas em Plenário.

Concluiu o senhor Relator pela aprovação da Proposta e de 30 emendas de Plenário, na forma do Substitutivo Geral que apresentou na oportunidade. (Avulso n.º 3).

9 — Nessa reunião, os senhores deputados Gilberto Carvalho, da Bancada da ARENA, e Sebastião Rodrigues Júnior, representante do MDB, pediram vistas do Processo, que lhes foi concedida pelo Presidente da Comissão, pelo prazo de três dias, improrrogáveis, em comum, como preceitua o art. 60, § 8.º, o Regimento Interno. (Ata da Comissão).

A partir dessa data, dia 21, sexta-feira, os dois senhores Deputados obri-veram vistas do Processo. Esgotou-se esse prazo, portanto, dia 24, segunda-feira.

Não se pode aplicar, como querem os impetrantes, as regras da contagem de prazos do Código de Processo Civil, embora em nada alterasse o vencimento do prazo de vistas. Tal procedimento só se admitiria por analogia, se o Regimento Interno da Assembléa fôsse omissão, o que não ocorre.

O prazo de vistas é de três dias. Iniciou-se no dia 21, e esgotou-se no dia 24, como bem entendeu o senhor Presidente da Comissão Especial a única autoridade competente para decidir sobre essa matéria. (Art. 43, letra b, do Regimento Interno).

10 — Ao final da reunião da Comissão Especial realizada no dia 21, sexta-feira, foi marcada outra reunião para o dia 25, terça-feira, às 17:00 horas, respeitado assim, o prazo regimental de vistas que encerrar-se-ia no dia 24, segunda-feira. Com essa convocação concordou plenamente o senhor deputado representante do MDB, desistindo, inclusive, do pedido de Certidão da ata que anteriormente formulara, ao ter sido a reunião anunciada para o dia anterior. (Ata da Comissão.)

11 — O Senhor Presidente da Comissão determinou, ainda, que esta permanecesse em funcionamento, em expediente integral, também no sábado e no domingo, com os funcionários que perante ela serviam, a fim de que os senhores Deputados pudessem examinar o processo convenientemente.

12 — Não houve, dest'arte, qualquer violação de preceito legal, ou cerceamento d direito dos impetrants, pois a reunião da Comissão Especial foi convocada para o dia seguinte ao do encerramento do prazo de vistas.

13 — Na reunião da Comissão Especial, realizada no dia 25, terça-feira, foi aprovado, finalmente, o Parecer do senhor Relator com o Substitutivo Geral integrante do mesmo, após ter sido amplamente discutido. (Ata da Comissão, fls. 2).

c — Tramitação da Proposta em Plenário

14 — Recebida pela Mesa, no dia 25, terça-feira, à noite, a Proposta de Emenda à Constituição, contendo o Parecer e Substitutivo Geral da Comissão Especial, foi anunciada nessa oportunidade, em Sessão Extraordinária noturna, iniciada às 20:00 horas, sua inclusão na Ordem do Dia da Sessão noturna a realizar-se no dia 26, quarta-feira, com início marcado, também, para às 20:00 horas.

Foi devidamente publicado e distribuído nessa sessão, para conhecimento dos senhores Deputados, o Parecer e Substitutivo Geral da Comissão Especial. (Avulso n.º 3, do Diário da Assembléia de 25-05-71).

Discussão e Votação em 1.ª Discussão

15 — Na Sessão noturna de quarta-feira, dia 26, o senhor deputado Muggiati Filho requereu a exclusão da Proposta da Ordem do Dia.

Discutido esse requerimento, entendeu a maioria parlamentar que o prazo de 24:00 horas, a que se refere a Constituição do Estado, diz respeito à jornada de trabalho legislativo, ou seja, da sessão de um determinado dia para a sessão do dia seguinte. Pois, não se pode cronometrar a hora do anúncio da inclusão na Ordem do Dia de determinada proposição para que, só então, seja fixado o horário de sua votação na sessão seguinte.

Esse o entendimento pacífico e incontestado em todos os legislativos e em todas as legislaturas.

Colocado em votação o requerimento, foi rejeitado, por manifestação soberana do Plenário. (Ata n.º 63, fls. 4).

16 — Outros requerimentos formulados, pedindo preferência de votação para as emendas apresentadas pelos senhores Deputados, em relação ao Substitutivo Geral da Comissão Especial, foram rejeitados pelo Plenário. (Ata n.º 63 — fls. 5 e 6).

17 — Com a rejeição desses requerimentos, o Plenário ontou pela ordem de preferência que é assegurada pelo Regimento Interno, através do art. 102, item II, combinado com o art. 170, in verbis:

“Art. 102. — Terão preferência na votação:

I — as emendas supressivas;

II — as emendas substitutivas sobre a Proposição a que se referirem, bem como as aditivas e modificativas;”

“Art. 170. — Na segunda, como na terceira discussão de qualquer projeto, os substitutivos apresentados terão preferência na votação, seguindo-se a ordem de precedência na apresentação, salvo deliberação em contrário, tomada pela Assembléia, a requerimento de qualquer Deputado”.

18 — Após exaustiva discussão, em que usaram da palavra vários senhores Deputados, foi o Substitutivo Geral votado na forma da preferência regimental, sendo aprovado em primeira discussão por maioria superior a 2/3 dos membros do Poder Legislativo, ou seja, 36 votos, contra 10.

19 — A aprovação de um Substitutivo Geral — que é também uma emenda, de caráter amplo, pois abrange toda a proposição — prejudica, necessariamente, as demais emendas constantes do processo, e a própria proposição original, como seu sucedâneo.

Não há, portanto, ofensa ao disposto pelo art. 199, § 1.º, do Regimento Interno.

20 — Foi anunciada, ao final da Sessão, a votação da matéria em segunda discussão, na sessão convocada para o dia 28, sexta-feira, às 9:00 horas. (Ata n.º 63 — fls. 7).

Discussão e Votação em 2.ª Discussão

21 — Na Sessão matutina do dia 28, sexta-feira, após três senhores Deputados terem discutido a Proposta de Emenda Constitucional, foi apresentado à Mesa requerimento, subscrito pelo senhor deputado Paulo Poli, solicitando o encerramento da discussão da matéria, na forma autorizada pelo art. 156, § 1.º, item II, do Regimento Interno, que diz o seguinte:

"Art. 156. — O encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

§ 1.º — É permitido, porém, a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I — na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida em sessão anterior;

II — na segunda discussão, quando já tenham falado três oradores, pelo menos, sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar;"

22 — Para encaminhar a votação desse requerimento, solicitou a palavra o senhor deputado Cândido Martins de Oliveira, que lhe foi concedida pela Presidência. Em sua oração, foi interrompido pelo senhor deputado Antônio Lopes Júnior que, pela ordem, pediu à Mesa o cumprimento do art. 172, parágrafo único, do Regimento Interno, alegando que esse requerimento, por não comportar discussão, não admite também o encaminhamento de votação. Diz o Regimento Interno:

"Art. 172. — ...

Parágrafo único. — As proposições não sujeitas a discussão não admitirão encaminhamento de votação".

23 — A Presidência, decidindo essa questão de ordem, esclareceu que concedeu a palavra para encaminhar a votação por liberalidade. Todavia, face à reclamação do senhor deputado Antônio Lopes Júnior, decidiu colocar o requerimento em votação, sem permitir o uso da palavra para encaminhamento de votação, nos termos do précitado artigo 172, parágrafo único, combinado com o artigo 134, § 3.º, item IV, do Regimento Interno, que prescreve o seguinte:

"Art. 134. — Dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos referidos nos parágrafos seguintes:

... § 3.º — Serão escritos, independentemente de apolamento e discussão e só poderão ser votados com a presença da maioria absoluta de Deputados, os requerimentos de:

... IV — encerramento de discussão;

24 — O senhor Deputado Muggiati Filho recorreu ao Plenário da decisão da Presidência. O Recurso não foi admitido, visto que essa decisão não o comporta, como preceitua o artigo 97, § 1.º, do Regimento Interno, vasado nos seguintes termos:

"Art. 97. — ...

§ 1.º — Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléa."

25 — A invocação do artigo 125, do Regimento Interno, pelo senhor deputado Muggiati Filho, não tem procedência, pois não havia qualquer proposição que a Mesa tivesse deixado de aceitar. Estabelece o Regimento Interno:

"Art. 125. — Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário."

A Presidência, como ficou claro, não deixou de aceitar qualquer proposição que facultasse recurso ao Plenário. Tratava-se de decisão em questão de ordem, sobre a impossibilidade de encaminhar a votação de requerimento não sujeito a discussão.

26 — Porém, o requerimento do senhor deputado Paulo Poli, solicitando o encaminhamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição, não chegou a ser votado, em razão de ter o seu autor pedido a sua retirada, o que foi deferido pela Mesa. (Requerimento anexo com o despacho do Sr. Secretário).

27 — Assim, continuou em discussão a Proposta, tendo usado da palavra todos os senhores Deputados que desejaram discutir a matéria, em segundo turno. Se os impetrantes deixaram de utilizar dessa faculdade, naquela oportunidade, foi porque assim o desejaram, retirando-se do Plenário, voluntariamente, e sem justo motivo.

28 — Foi aprovado, novamente, o Substitutivo Geral, agora em 2a. Discussão, pelo voto de 35 senhores Deputados mais de 2/3 dos membros do Poder Legislativo. (Ata n.º 65 — fls. 6).

#### Elaboração da REDAÇÃO FINAL pela Comissão Especial

29 — Após essa votação, voltou o processo à Comissão Especial, para que fosse elaborada a Redação Final.

Em Sessão da Comissão Especial, realizada no dia 28, sexta-feira, às 17:00 horas, foi aprovada a Redação Final da Proposta, nos termos do Substitutivo Geral aprovado pelo Plenário.

30 — A reunião foi regularmente convocada pelo Presidente da Comissão Especial, no dia que a precedeu, quinta-feira, dia 27. (Edital de Convocação anexo).

31 — Alegam, no entanto, os impetrantes, que só poderia ter sido convocada a reunião da Comissão Especial após o recebimento do Projeto, que se encontrava com a Mesa, entendimento que, *data vênica*, não é exato.

O Art. 43, do Regimento Interno, dispõe o seguinte:

“Art. 43. — Ao Presidente da Comissão compete:

a) convocar a sua reunião todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer dos seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência pelo menos de 24 horas;”

Como se verifica, ao Presidente é facultado convocar reunião da Comissão, sempre que entender necessário, sem que se indague se tal ou qual matéria está em suas mãos no momento da convocação. E, muito menos, se lhe exige que a convocação seja feita através de despacho no processo, entendimento que só pode ser atribuído a interpretação de excessivo formalismo jurídico, inteiramente superada.

32 — Devolvida a Proposição à Mesa, com a Redação Final aprovada pela Comissão Especial, e publicada no Avulso n.º 4, do Diário da Assembleia de 28-05-71, foi distribuída, na mesma data, aos senhores Deputados. O Sr. Presidente anunciou então, em Sessão Plenária, realizada no dia 28, sexta-feira, pela manhã, a sua inclusão na Ordem do Dia da Sessão de sábado, dia 29, em Redação Final.

#### Votação da Redação Final pelo Plenário

33 — Na Sessão de sábado, dia 29 foi aprovada a Redação Final da Proposta, pelo voto de 34 senhores Deputados. (Ata n.º 67 — fls. 3). Nessa ocasião, foi também aprovada emenda de redação apresentada pelo senhor deputado Muggiati Filho, que, dessa maneira, marcou sua participação na última fase da apreciação da Proposta em Plenário. (Emenda de Redação, manuscrita, do sr. dep. Muggiati Filho, anexa, e Ata n.º 67 — fls. 2 e 3).

34 — A seguir, a Mesa da Assembleia Legislativa, em cumprimento ao disposto pelo art. 24, § 3.º, da Constituição do Estado, promulgou a Emenda à Constituição, que tomou o n.º 3, determinando a lavratura dos autógrafos e conseqüente publicação, o que ocorreu no Diário Oficial n.º 62, de 31 de maio de 1971.

Encerrou-se, assim, nessa data, a elaboração legislativa da Emenda n. 3, à Constituição do Estado.

#### C — CONCLUSÃO

1 — Como ficou demonstrado, a elaboração legislativa da Emenda Constitucional n.º 3 está perfeita, tendo sido cumpridas, fielmente, tornamos a afirmar, todas as disposições constitucionais e regimentais que regem o processo legislativo específico, iniciado a 26 de abril e encerrado a 31 de maio do corrente ano.

2 — A regularidade do procedimento legislativo atestaram os próprios impetrantes, ao aprovar, sem discutir, ou opor restrições, a todas as Atas das Sessões Plenárias em que foi discutida e aprovada a Proposta de Emenda Constitucional. (Atas nrs. 63, 65 e 67). Ratificaram dessa forma, inteiramente, e por unanimidade, todo o processo legislativo.

3 — Todos os senhores Deputados tiveram oportunidade de apreciar e discutir a Proposta, externando e defendendo suas opiniões, bem como de apresentar as emendas que entenderam, antes que a matéria fôsse votada pelo Plenário.

Deveriam, pois, os impetrantes, acatar a deliberação expressa da maioria parlamentar, como sói acontecer em todos os legislativos.

De tudo isso, restou, apenas e lamentavelmente, ferida a dignidade do Poder Legislativo que, antes de ser valorizado, foi diminuído e denegrido em suas prerrogativas constitucionais de independência e soberania.

4 — São essas, Senhor Presidente, sub censura, as informações e considerações que nos cabiam prestar e aduzir.

Em 15-6-71.

Manuel Fernandes Maia Júnior — Consultor Jurídico.

#### SUSPENSÃO DE SEGURANÇA N.º 95 — PARANÁ

Requerente: Estado do Paraná.

Requerido: Des. Henrique Nogueira Dorfmuir.

1. Reza o art. 275 do novo Regimento Interno do Colendo Supremo Tribunal Federal:

“Art. 275 — Poderá o Presidente, a requerimento do Procurador-Geral da República, ou da pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança pública, suspender, em despacho fundamentado, a execução de liminar, ou da decisão concessiva de mandado de segurança, proferida em única ou última instância pelos tribunais locais ou federais.”

2. A, vista de tão clara, expressa, e ampla disposição, — que dilargou, podendo fazê-lo (Const., art. 120, par. único, letra “c”), a norma antes contida no art. 4.º da Lei n.º 4.348, de 26.6.64, — varias de significação e de oportunidade se tornam, data vênua, as preliminares articuladas no pronunciamento dos impetrantes (fls. 55/62). *Legem habemus.*

3. No mérito, o pedido reclama deferimento. Como bem observa, na inicial (fls. 10), o requerente, a suspensão da vigência da Constituição estadual compromete e ameaça de lesão grave a ordem e a segurança públicas. Mais que isso, lesiona insólitamente a própria ordem jurídica, pressuposto e fundamento de todos os valores do Estado.

4. Manifesta e, por outro lado, data vênua, a enormidade contida na mal-sinada liminar, que constitui antecipação de prestação jurisdicional impossível. Não pode o Poder Judiciário, com efeito, suspender a execução de lei alguma, que essa é atribuição reservada ao Senado Federal e, em certos casos, ao Presidente da República. (Constituição, arts. 42, VII e 11, § 2.º). Pode, sim, ..... o que pode, declarar a inconstitucionalidade da lei — inclusive, se for o caso, por vícios formais de sua elaboração — para negar-lhe aplicação no caso concreto, aplicando a incidência da norma e protegendo da sua eficácia qualquer direito individual ameaçado.

5. Não é disso, porém, que se trata no mandado de segurança ora pendente de apreciação pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. Como os próprios impetrantes se adiantam em salientar (fls. 70), em nenhum momento se insurgem eles “contra o conteúdo da Emenda n. 3 .. Constituição estadual.”

6. Pelo deferimento, pois, do pedido de suspensão.

Brasília, 18 de junho de 1.971.

F. M. Xavier de Albuquerque — Procurador Geral da República

#### SUSPENSÃO DE LIMINAR DE SEGURANÇA N.º 95 — PARANÁ

Requerente: O Paraná.

1. O Paraná, invocando o art. 4.º, da Lei n.º 4.348-64 e o art. 275, do Regimento Interno do S.T.F., pretende a suspensão da execução da liminar

deferida pelo em. Des. H. N. Dorfmund, relator sorteado pelo eg. T.J. daquele Estado, para a segurança impetrada pelo Dep. Est. J. Muggiati e outros contra a Emenda n. 3, de 29 de maio p.p. A petição está instruída com cópias autênticas do despacho concessivo da liminar, petição dos impetrantes e outras peças (§ 12 e seg.)

2. De acordo com o § único do art. 275 do Reg. Int., achei conveniente ouvir os impetrantes e ordenei a intimação de seu ilustre Advogado, que foi cientificado pessoalmente em Curitiba, tendo recebido cópia do pedido do Paraná (f. 40).

3. Dentro do prazo a 14 deste, os Impetrantes contestaram o pedido do Estado, alegando o que jaz a f. 44 com vários documentos.

4. O Exmo. Sr. Procurador Geral da República, em parecer de sua assinatura, opina pelo deferimento, nos termos do art. 275 do Reg. Int., art. 120, parág. ún., "c", da C.F., considerando, diante desses dispositivos, "vasias de significação e de oportunidade" as preliminares articuladas pelos Impetrantes, a f. 59 e seg.

Isto posto:

I) Considerando que o Reg. Int. do S.T.F. dispõe no:

"Art. 275 — Poderá o Presidente, a requerimento do Procurador-Geral da República, ou da pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança pública, suspender em despacho fundamentado, a execução de liminar, ou da decisão concessiva de mandado de segurança, proferida em única ou última instância, pelos tribunais locais ou federais."

II) Considerando que esse dispositivo tem fonte jurídica eficaz na inovação contida no art. 120, par. único, inciso "c", da C.C.F., na redação da Emenda n. 1, de 1969, aliás, com antecedentes no Direito aplicável à Corte Suprema dos E. Unidos após o Judiciary Aer. of 1925 (C. FAIRMAN, "American Constit. Decisions", 1950, p. 12 e seg.; B. SCHWARTZ, "The Supreme Court", 1957, p. 150 e seg.; etc).

III) Considerando que, em face dos textos já indicados, não procedem as preliminares dos Impetrantes, segundo os quais a liminar do Relator só poderia ser corrigida por agravo regimental para o eg. T.J. do Paraná.

IV) Considerando que a jurisprudência resultante da Suspensão de Segurança n. 87-1968 está superada pelos dispositivos acima invocados.

V) Considerando que, no caso concreto, — paralisação de diploma constitucional, de plano, por simples despacho de concessão de liminar, — ocorrem as circunstâncias do art. 275 — do R.I., com risco de lesão grave à ordem e à segurança pública, além de comoção política de consequências ilimitadas, talvez nacionais por propagação local, sem que isso fôsse contrabalançado pelos possíveis males da execução da Emenda Paranaense n. 3.

VI) Considerando outras circunstâncias do caso, que talvez tivesse remédio mais adequado na Representação para a declaração da alegada inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal com a suspensão daquela Emenda n. 3, pelo Senado, tudo de acordo com a Carta Magna em vigência.

#### DECIDO:

— suspender de acordo com o art. 275, do Reg. Int. do S.T.F. e nos termos do parecer do Exmo. Sr. Procurador Geral da República, o respeitável despacho do em. Des. H. Dorfmund, que concedeu a liminar impugnada, ressaltado aos impetrantes o agravo regimental e, querendo, a Representação a esta Corte.

Oficie-se ao eg. T. J. do Paraná. Publique-se.

Brasília 16.6.1971

Aliomar Baleeiro — Presidente do Supremo Tribunal Federal.

**ATAS DAS COMISSÕES:**

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 2a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e setenta e um, na Sala das Comissões, às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do sr. deputado Leopoldo Jacomel. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 56-70 — autor dep. Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a firmar através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o município de Ortigueira, para fins que especifica, relator dep. Ovidio Franzoni, parecer favorável - aprovado. PROJETO DE LEI N.º 63-70 — autor dep. Armando Queiroz, que cria na sede do município de Engenheiro Beltrão, uma Inspeção Regional de Ensino, também com jurisdição nos municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz, relator dep. Gabriel Manoel, parecer favorável - aprovado. PROJETO DE LEI N.º 106-70 — autor dep. Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, com o município de Quinta do Sol, para estender uma linha de alta tensão ao distrito de Irapuã, relator dep. Santos Lima, parecer favorável - aprovado. PROJETO DE LEI N.º 147-70 — autor dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 100,00, a pensão mensal concedida a Esperança Barbosa, relator dep. Maurício Fruet, parecer favorável - aprovado. PROJETO DE LEI N.º 172-70 — autor dep. Armando Busato, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 25,00, a Dolores Vieira, relator dep. Gabriel Manoel, parecer favorável - aprovado. PROJETO DE LEI N.º 317-70 — autor dep. Olavo Ferreira, que estende ao pagamento dos professores de aulas suplementares, o benefício do abono de emergência concedido aos servidores estaduais pela Lei n.º 6.169, relator dep. Paulo Poli, parecer contrário - aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente sessão, da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente.

(aa) Leopoldo Jacomel : Presidente. — Lélío Guimarães Sotto Maior  
- Secretário.

**COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

1a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA  
ATA DA 2a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho de um mil novecentos e setenta e um, às dezoito horas, reuniram-se na Sala das Comissões, os membros da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a Presidência do senhor deputado Arizone Araújo e com a presença dos senhores deputados Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Antônio Maciel e Marciano Baraniuk. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou aberto os trabalhos. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, sem restrições. Em seguida foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 220-69, de autoria do Governo do Estado — Mensagem n.º 49-69, encaminhando anteprojeto de lei objetivando transferir à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — Café do Paraná, área de terras de propriedade do Estado, com 40.090,00m<sup>2</sup>, situada no bairro do Atuba, nesta Capital. Relator deputado Santos Lima. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 236-70, de autoria do deputado Gabriel Manoel, autorizando o Poder Executivo doar ao Município de Pirai do Sul, um terreno urbano de 12.440,50

m2. Relator deputado Marciano Baraniuk. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 266-70, de autoria do ex-deputado Luiz Cruz, autorizando o Poder Executivo doar à Sociedade Rural do Norte do Paraná, uma área de terras com 78.282m2. Relator deputado Santos Lima. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 271-70, de autoria do deputado Igo Lasso, autorizando o Poder Executivo a doar a Luiz Gonzaga da Cruz, uma área de terras com 31.000,00m2. Relator deputado Marciano Baraniuk. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 173-70, de autoria do deputado Arthur de Souza, autorizando o Poder Executivo doar à Fundação Legião Brasileira de Assistência, dois lotes de terreno com 88,00m. Relator deputado Santos Lima. Parecer favorável. Aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu Agildes de Oliveira Martins, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será por mim e pelo senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos da Lei.

aa) Arizone Araújo - Presidente; — Agildes de Oliveira Martins - Secretário.

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do senhor deputado Leopoldo Jacomel. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 93-70 — autor deputado Gabriel Manoel, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação a avenida Nossa Senhora das Brotas, da cidade de Pirai do Sul, relator deputado Maurício Fruct, parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 245-70 — autor deputado Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal a Miguel Florcoski, na forma que especifica, relator deputado Ovídio Franzoni, parecer favorável c/subst. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 304-70 — autor deputado digo Poder Executivo — Mensagem Governamental n.º 45-70, autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros), à Secretaria de Educação e Cultura, destinado a atender despesas com a execução da Lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1.969, e dá outras providências, relator deputado Fuad Nacli, parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 100-71 — autor deputado Antônio Lopes Jr., que eleva para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal concedida à viúva Maria da Conceição Martins Azambuja e Souza, pela Lei n.º 1.535, de 2 de dezembro de 1.953, relator deputado Santos Lima, parecer favorável c/subst. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Leopoldo Jacomel - Presidente. —

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### ATA DA 8a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho de hum mil e novecentos e setenta e hum, reuniu-se na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Redação Final. Sob a presidência do deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, e na presença dos demais membros, foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde o senhor deputado Maurício



Fruet apresentou Redação Final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 20-70, de autoria do deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município da Lapa, para construção de uma ponte de alvenaria sobre o Rio Passa Dois. PROJETO DE LEI N.º 47-70, de autoria do deputado Sílvio Barros, que autoriza o Poder Executivo a criar, sob regime de Fundação, uma Escola Técnica destinada à aprendizagem industrial. PROJETO DE LEI N.º 52-70, de autoria do deputado Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo a criar o ginásio estadual no distrito de Malu, município de Terra Boa, para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N.º 63-70, de autoria do deputado Armando Queiroz, que cria na sede do município de Engenheiro Beltrão, uma Inspetoria Regional de Ensino, também com jurisdição nos municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz. PROJETO DE LEI N.º 70-70, de autoria do deputado Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio, digo, intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com os municípios de Palmital, Roncador e Pitanga, para construção de uma ponte sobre o Rio Cantu. PROJETO DE LEI N.º 76-70, de autoria do deputado Tulio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar, na localidade N. S. da Penha, do Município de Corbélia, um curso ginásial. PROJETO DE LEI N.º 130-70, de autoria do deputado Wilson Fortes, que cria uma Inspetoria de Ensino, com sede em Cidade Gaúcha, com jurisdição nos Municípios que especifica. PROJETO DE LEI N.º 147-70, de autoria do deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal concedida a Esperança Barbosa. PROJETO DE LEI N.º 202-70, de autoria do deputado João Mansur, que declara de utilidade pública o Centro de Ação Social Jardim das Américas, com sede nesta Capital. Aprovados. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais eu, Antonio Lacerda Braga Neto, para constar lavrei a presente Ata que, uma vez lida e achada conforme, vai por mim e pelo senhor Presidente assinada para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira - Presidente. — Antonio Lacerda Braga Neto - Secretário.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 70-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com os Municípios de Palmital, Roncador e Pitanga, para construção de uma ponte sobre o Rio Cantu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em...

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira - Presidente. — Mauricio Fruet - Relator.

#### REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 202-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Centro de Ação Social Jardim das Américas, com sede e fóro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em...

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira - Presidente. — Mauricio Fruet - Relator.

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 52-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Malé, Município de Terra Boa, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira - Presidente. — Maurício Fruet - Relator.

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 76-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na localidade denominada N. S. da Penha, do município de Corbélia, um curso ginasial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira - Presidente. — Maurício Fruet - Relator.

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 63-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica criada, na sede do Município de Engenheiro Beltrão, uma Inspeção Regional de Ensino, também com jurisdição nos Municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz.

Art. 2.º — Para o funcionamento da Inspeção Regional de Ensino criada pelo artigo anterior, ficam criados, igualmente, um (1) Cargo em Comissão de Inspetor Regional de Ensino; um (1) Cargo em Comissão de Inspetor de Ensino Médio, e um (1) Cargo em Comissão de Inspetor de Ensino Primário.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira - Presidente. — Maurício Fruet - Relator.

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 20-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município da Lapa, para a construção de uma ponte em alvenaria sobre o Rio Passa Dois, ligando a sede daquele Município a Bacia Leiteira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira - Presidente. — Maurício Fruet - Relator.

**REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 47-70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — O Poder Executivo fica autorizado a criar, sob regime de Fundação, uma Escola Técnica destinada à aprendizagem industrial.

Art. 2.º — A Escola se constituirá de um ginásio técnico industrial e de cursos de aprendizagem que mais correspondam à necessidade do mercado de mão de obra especializada.

Parágrafo único. — O curso ginásial técnico industrial terá a duração de quatro (4) anos e os cursos de aprendizagem de um (1) a três (3) anos.

Art. 3.º — O Ginásio e os cursos de que trata esta lei poderão ser feitos mediante o regime de internato, semi-internato e externato.

Art. 4.º — O regime financeiro e didático da Escola será fixado de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo e Regimento Interno.

Art. 5.º — O Poder Executivo baixará os atos que forem necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira - Presidente. — Maurício Fruet - Relator.

**REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 147-70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal concedida a Esperaça Barbosa.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira - Presidente. — Maurício Fruet - Relator.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 130-70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, mediante Decreto, duas Inspetorias Regionais de Ensino, cujas sedes serão fixadas em Rondon e Cidade Gaúcha.

§ único. — A Inspetoria Regional de Ensino sediada em Rondon terá jurisdição, ainda, nos municípios de Indianópolis e Guaporema; e, a de Cidade Gaúcha, nos municípios de Tapira e Nova Olímpia.

Art. 2.º — Para atender o disposto no art. 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no art. 6.º da Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1968, os seguintes cargos de Provimento em Comissão:

No inciso I, dois de Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C;

No inciso III, dois de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C e

No inciso IV, dois de Inspetor de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de junho de 1.971.

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira - Presidente. — Maurício Fruet - Relator.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO ORDINÁRIA**  
**ATA DA 9a. REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação Final. Sob a presidência do deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Mauricio Fruet apresentou redação final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 33-70 — autor deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública, o Circulo Cultural de Cantores Brasileiro Germânico Harmonia, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI 145-70 — autor deputado Silvio Barros, que inclui um parágrafo à Lei 6.061, de 12 de dezembro de 1.969, que criou o Instituto Agromônico do Paraná. PROJETO DE LEI N. 243-70 — autor deputado Arthur de Souza, que, declara de utilidade pública, o Conselho da Santa Mariana. PROJETO DE LEI N. 286-70 — autor deputado Luiz Renato Malucelli, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, parte de um lote suburbano, na forma como especifica. PROJETO DE LEI N. 310-70 — autor deputado David Federmann, que considera de utilidade pública, a Associação Brasileira de Odontologia, Secção do Paraná, Sub-Secção de Ponta Grossa. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 8-71 — autor Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio celebrado entre a União, através do Ministério da Agricultura, visando executar o Plano Nacional de Combate a Febre Aftosa. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) PRESIDENTE

SECRETÁRIO

**Redação Final do Projeto de Lei n. 145-70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 10. — A Lei n. 6.061 de 16 de dezembro de 1.969, ser acrescida do seguinte:

Parágrafo único — O Instituto Agrônômico do Paraná será localizado no município de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-6-71

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

WILSON BRANDÃO — Relator

MAURICIO FRUET

**Redação Final do Projeto de Lei n. 33-70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública, o "Circulo Cultural de Cantores Brasileiro-Germânico Harmonia", com sede em Curitiba, Capital, do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-6-71

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

WILSON BRANDÃO — Relator

MAURICIO FRUET

**Redação Final ao Projeto de Lei n. 243-70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Conselho de Santa Mariana, sociedade civil com fôro e sede no Município de Santa Mariana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-6-71

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

WILSON BRANDÃO — Relator

MAURÍCIO FRUET

**Redação Final do Projeto de Lei n. 286-70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Foz do Iguaçu, um imóvel constituído de parte do lote número cinquenta e dois (52), do quadro suburbano da referida cidade, sem benfeitorias, confrontando-se: ao Sul, em 11,00m., com a Averida Jorge Schimmelpfeng; ao Leste em 59,00m., mais ou menos, com o remanescente do lote n. 52; ao Norte, em 11,00m., com o mencionado lote; e, finalmente, ao Oeste, em 59,00., com parte do lote n. 52, já referido e com propriedades do Município de Foz do Iguaçu.

Parágrafo Único — O imóvel de que trata este artigo se destina à ampliação dos serviços da Municipalidade de Foz do Iguaçu, e sua ocupação e destinação deverão se concretizar dentro de trinta e seis (36) meses, a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-6-71

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

WILSON BRANDÃO — Relator

MAURÍCIO FRUET

**Redação Final ao Projeto de Lei n. 319-70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica considerada como de utilidade pública, a Associação Brasileira de Odontologia, Secção do Paraná, Sub-Secção de Ponta Grossa, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-6-71

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

WILSON BRANDÃO — Relator

MAURÍCIO FRUET

**Redação Final ao Projeto de Resolução n. 8-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — É aprovado o convênio celebrado entre a União Federal, através do Ministério da Agricultura, e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, visando a executar em mútua e estreita colaboração técnica e financeira, o Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, em toda a área geográfica do Estado, mediante as cláusulas e condições que estabelece.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

WILSON BRANDÃO — Relator

MAURÍCIO FRUET

COMISSÃO DE POLÍCIA

7a. LEGISLATURA

ATA DA 1a. SESSÃO ORDINARIA

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e um, às quinze horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Polícia, com a presença dos senhores deputados, Paulo Poli, Alvaro Dias, Wilson Brandão, Santos Lima e Aguinaldo Pereira Lima. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 242-70 — De autoria do senhor deputado Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo a criar cinco funções de Oficiais de Comunicações, no serviço de telecomunicações da Polícia Militar do Estado, e dá outras providências. Relator: Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Parecer: Contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 263-70 — De autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 33-70, que cria no Quadro Único do pessoal da Penitenciária de Mulheres, os cargos em comissão, na forma e como especifica. Relator: Deputado Santos Lima. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 193-70 — De autoria do senhor deputado Igo Iwant Lasso, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Mandaguari, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 102-70 — De autoria do senhor deputado Paulo Poli, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Marechal Cândido Rondon, com jurisdição nos municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaira. Relator: Deputado Wilson Brandão. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 153-70 — De autoria do senhor deputado Ivo Thomazoni, que cria um Circunscrição de Trânsito em Santo Antônio do Sudoeste, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator: Deputado Wilson Brandão. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 182-70 — De autoria do senhor deputado Leopoldo Jacomel, que cria uma Circunscrição de Trânsito, com sede na Lapa, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator: Deputado Santos Lima. Parecer Favorável com substitutivo. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) PAULO POLI — Presidente

FRANCISCO ACCIOLY NETO — Secretário